



PLANO DE ATIVIDADES 2022

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano de Atividades 2022 ACM, I.P.

PROPRIEDADE

Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

EDIÇÃO e PAGINAÇÃO

Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos
Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação

CONTACTOS

Rua Álvaro Coutinho n.º 14, 1150-025 Lisboa
Tel: 218106100

acm@acm.gov.pt

DATA DE PUBLICAÇÃO

Novembro 2021

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	2
I. NOTA INTRODUTÓRIA	6
MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS.....	8
ESTRUTURA ORGÂNICA.....	9
II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	10
OBJETIVOS INSERIDOS NO QUAR	10
MATRIZ DE COERÊNCIA E IMPLICAÇÃO	16
III. PROGRAMA ORÇAMENTAL.....	16
IV. ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	17
V. PLANO DE FORMAÇÃO	39
VI. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	40
VII. COMUNICAÇÃO	45
VIII. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	46
IX. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	48
ANEXOS	53

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – ORGANOGRAMA ACM, I.P. 2022	9
ILUSTRAÇÃO 2 – CÁLCULO DE RECURSOS HUMANOS EM TERMOS DE UERH - MODELO GEADAP	36
ILUSTRAÇÃO 3 – ORÇAMENTO PLANEADO ACM, I.P. 2022 – MODELO GEADAP	39
QUADRO 1 – ORGANOGRAMA ACM, I.P. 2022	9
QUADRO 2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	10
QUADRO 3 – OBJETIVOS OPERACIONAIS, INDICADORES E METAS	14
QUADRO 4 – ESQUEMA DE PESOS E PONDERAÇÕES	15
QUADRO 5 – MATRIZ DE COERÊNCIA E IMPLICAÇÃO	16
QUADRO 6 – CÁLCULO DE RECURSOS HUMANOS EM TERMOS DE UERH.....	36
QUADRO 7 – ORÇAMENTO PLANEADO ACM, I.P. 2022	39
GRÁFICO 1 – RECURSOS POR CARREIRA/CATEGORIA - 2022	37
GRÁFICO 2 – PROPOSTA OE 2022	38

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., doravante designado por ACM, I.P. é o instituto público com competências atribuídas no âmbito da execução das políticas públicas em matéria de migrações, gestão e valorização da diversidade e apoio à integração das populações portuguesas ciganas, cuja missão e atribuições estão devidamente explicitadas na orgânica deste Serviço, implementada através do Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro.

As migrações são um fenómeno incontornável nas nossas sociedades e simultaneamente complexo, dinâmico e largamente influenciado pelos contextos político, económico, social e cultural. Desta forma exige-se uma constante adequação das políticas públicas ao contexto nacional e internacional, por forma a garantir o cumprimento da missão do ACM, I.P. que prevê, essencialmente:

- A afirmação de Portugal enquanto destino migratório;
- O acolhimento e integração dos migrantes, designadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- A colaboração, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- O combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- O desenvolvimento de programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- A promoção, acompanhamento e apoio ao regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

O Plano de Atividades apresentado é um documento orientador da atividade do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), que congrega as intenções de atuação deste Instituto para o ano de exercício de 2022, cumprindo o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Neste documento estão patentes os objetivos estratégicos constantes do QUAR, devidamente alinhados e em sintonia com a Lei Orgânica e Missão deste Instituto, os objetivos operacionais que demarcam a sua ação, as atividades previstas, bem como os recursos humanos e financeiros que irão ser afetos às mesmas.

O Plano ora apresentado está ajustado ao novo contexto, resultante da implementação bem-sucedida de um amplo processo de vacinação contra a COVID-19, que permitirá ao longo de 2022 consolidar um modelo de funcionamento híbrido, incluindo atividades realizadas em regime presencial bem como em formatos digitais e à distância, que conheceram um grande crescimento durante os anos 2020 e 2021. O plano apresentado pretende prosseguir, com qualidade, eficácia e eficiência, a missão deste Instituto e, contribuir de forma decisiva para o processo de recuperação após os impactos negativos da situação pandémica na vida das populações migrantes e portuguesas ciganas enquanto principal público-alvo deste I.P. A nossa missão foi reforçada com a assinatura de um protocolo com o Município de Beja para instalação de um novo CNAIM neste concelho.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Mantendo o papel fundamental que o ACM, I.P., assumiu nestes dois anos de pandemia, junto das populações migrantes e seus descendentes, requerentes e beneficiários de proteção internacional, populações portuguesas ciganas, assim como crianças e jovens em risco de exclusão, no que diz respeito à criação de mecanismos de resposta às múltiplas e legítimas solicitações que chegaram diariamente a este Instituto, impõe-se a consolidação destas respostas, bem como a implementação de respostas já desenhadas e que, ainda não tendo sido implementadas, estão previstas para o ano de 2022.

Nesse sentido, a criação de um Centro de Contato Inclusivo - CNAIM Virtual, a criação de uma plataforma moderna de E-learning ou a monitorização de projetos à distância apresentam-se como alguns dos exemplos desta modernização de respostas, que se traduzirão numa cada vez melhor e mais eficiente prestação de serviços por parte do ACM, I.P.. Paralelamente, será importante reforçar e modernizar igualmente a organização interna, por forma a manter um serviço de excelência, assim, em 2022, com a introdução da gestão documental, será possível uma organização e controlo de todo o fluxo documental interno e externo do ACM, I.P., com inegáveis ganhos a todos os níveis. Também com a aquisição prevista do pacote Microsoft 365, onde está incluída a Licença para o Windows 10 e Office 365 conseguir-se-á melhor garantia de segurança e comunicação, designadamente no âmbito do trabalho colaborativo e à distância.

O acompanhamento e a monitorização dos vários Planos a cargo deste Instituto, o Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, continuarão a ser uma responsabilidade deste Instituto para o ano de 2022, sendo de salientar os contributos que serão dados para a construção da nova ENICC, que se prevê concluir em 2022.

A nível internacional o ACM, I.P., manterá o seu papel ativo na Rede Europeia de Integração, garantindo a preparação dos contributos para esta Rede, bem como assumindo as demais representações junto de organizações internacionais, incluindo também o Conselho da Europa.

O ano de 2021 veio demonstrar mais uma vez a importância da sociedade civil no apoio aos grupos mais desfavorecidos, *in casu*, migrantes, portugueses ciganos e requerentes e beneficiários de proteção internacional. Nesse sentido, em 2022 manter-se-á o acompanhamento de proximidade às associações de imigrantes, refugiados e de pessoas portuguesas ciganas, incluindo os mecanismos financeiros disponíveis através dos programas específicos para cada área, não esquecendo o foco numa cada vez maior capacitação e empoderamento destas associações, por via dos seus dirigentes, órgãos sociais e técnicos.

Por fim, não poderia deixar de ser referido o grande desafio humanitário de acolhimento de cidadãos afegãos em risco durante o ano de 2021, a par dos requerentes e beneficiários de proteção internacional acolhidos por via dos

programas de reinstalação, mecanismos de recolocação e acordos bilaterais, incluindo menores não acompanhados. O ACM, I.P., através do Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados visará potenciar este acolhimento e processo de integração, ao longo de 2022, de forma a que as condições destas pessoas sejam garantidas de forma sistémica e holística, e em articulação com todas as entidades competentes.

Sónia Pereira

Alta-comissária para as Migrações

José Reis

Vogal do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

II. MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.) é um instituto público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações, valorização da diversidade e combate à discriminação, bem como na promoção da plena inclusão das populações portuguesas ciganas. O ACM, I.P. procura olhar para o contexto nacional e internacional de uma forma crítica e criativa com o objetivo de responder às crescentes necessidades dos diferentes perfis das pessoas portuguesas ciganas e migrantes, incluindo pessoas refugiadas acolhidas por Portugal ao abrigo de compromissos de proteção internacional, e em estreita articulação com as restantes áreas governativas, no sentido de promover a sua integração e a construção de uma sociedade globalmente mais justa e igualitária.

O ACM, I.P. tem como missão:

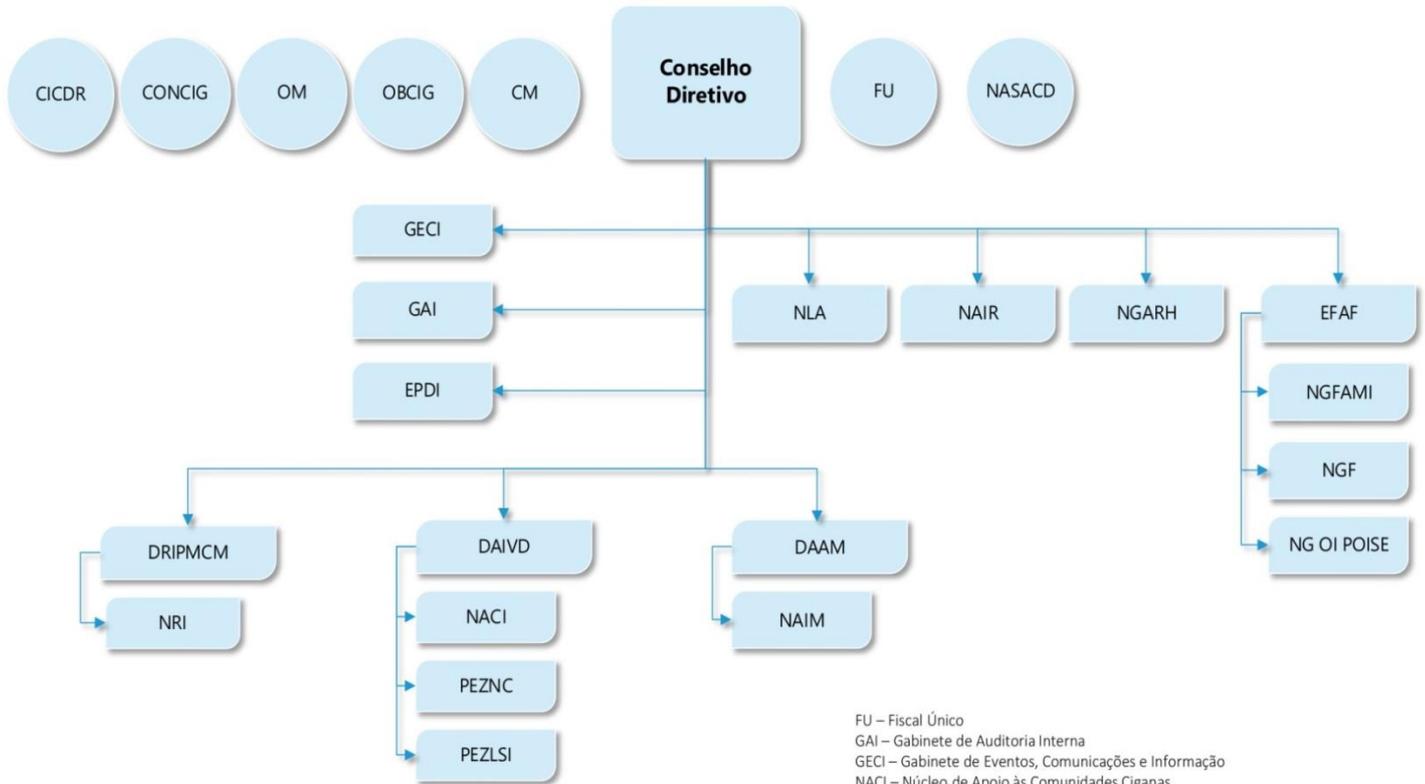
- Promover Portugal enquanto destino de migrações;
- Acolher, integrar os migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- Desenvolver programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- Promover, acompanhar e apoiar o regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

Fonte: www.acm.gov.pt

Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de Fevereiro aprova a Lei Orgânica do ACM, I.P.

Decreto-Lei n.º 146/2015 de 3 de agosto aprova os Estatutos do ACM, I.P.

III. ESTRUTURA ORGÂNICA



Legenda:

CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
 CM – Conselho para as Migrações
 CONCIG – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
 DAAM – Departamento de Apoio e Assistência Migratória
 DAIVD – Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade
 DRIPMCM – Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes
 EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
 EPDI – Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais

FU – Fiscal Único
 GAI – Gabinete de Auditoria Interna
 GECI – Gabinete de Eventos, Comunicações e Informação
 NACI – Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
 NAIM – Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
 NAIR – Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
 NASACD – Núcleo de Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo
 NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos
 NGF – Núcleo de Gestão Financeira
 NGFAMI – Núcleo de Gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)
 NG OI POISE – Núcleo de Gestão para o Organismo Intermédio do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)
 NLA – Núcleo de Ligação às Associações
 NRI – Núcleo de Relações Internacionais
 OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas
 OM – Observatório das Migrações
 PEZNC – Programa Escolhas, Zona Norte e Centro
 PEZLSI – Programa Escolhas, Zona de Lisboa, Sul e Ilhas

Quadro 1 – Organograma ACM, I.P. 2022

IV. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

OBJETIVOS INSERIDOS NO QUAR

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), previsto na lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, representa um instrumento que permite a avaliação do desempenho e monitorização do exercício dos organismos da administração pública, sendo que, por via do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) confere-se, simultaneamente a possibilidade de planear, implementar, monitorizar e ainda informar e efetivar uma prestação de contas aos decisores políticos e cidadãos, numa ótica de transparência.

Atendendo à missão que reveste este Organismo, a definição de objetivos no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) atenta um compromisso institucional consonante com as políticas públicas estabelecidas em matéria de migrações, considerando o contexto nacional e internacional e ainda o princípio da boa gestão administrativa e da proximidade com o público-alvo.

PARÂMETRO EFICÁCIA
OE1 - OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: ASSEGURAR SERVIÇOS ACESSÍVEIS, HUMANOS, INTEGRADOS, ALIADOS DOS/AS MIGRANTES E CAPAZES DE GERIR A DIVERSIDADE
PARÂMETRO EFICIÊNCIA
OE2 - OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: PROMOVER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DAS MIGRAÇÕES E DAS POPULAÇÕES PORTUGUESAS CIGANAS
PARÂMETRO QUALIDADE
OE3 - OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: CONSOLIDAR BOAS PRÁTICAS NO CONTROLO DE GESTÃO NAS ÁREAS DOS RECURSOS HUMANOS, DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

10

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos

O ano 2020 e 2021 representaram, para a Administração Pública, anos de profundas adaptações e de uma transição funcional imposta por um contexto desafiante do ponto de vista da priorização, da gestão de recursos e da definição de política pública.

Em 2022, vem este Alto Comissariado para as Migrações, I.P., na sequência das alterações impressas, por orientações governativas, no seu planeamento quer de 2020 como de 2021, atuar numa ótica de continuidade, considerando para tal fatores como o acompanhamento de projetos à distância, nas várias formas entendidas como possíveis e a relação digital com parceiros e clientes.

Conforme referido no quadro avaliativo de 2021, pretende-se, desta forma, uma análise a longo prazo do impacto, mais-valias e desafios destas novas estratégias de execução e acompanhamento.

PARÂMETRO EFICÁCIA

OP1 – APROXIMAR O ACM, I.P. DOS/AS SEUS/SUAS DESTINATÁRIOS/AS

Indicador 1	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P.;	Somatório dos contactos de acompanhamento efetuadas junto das entidades que integram projetos ACM, I.P. São contabilizados como contactos, as reuniões de acompanhamento <i>online</i> , pedidos de relatórios, contactos telefónicos de monitorização e deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou técnico ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito;	4265	Documentos de Registo	Equipas de acompanhamento/NGARH.

OP2 – PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL

Indicador 2	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	Ponderação entre o nº de horas de formação/sensibilização e o nº de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização; Por formação e ou sensibilização entendem-se as ações dinamizadas pelo ACM, I.P. ou em parceria, nas modalidades presenciais e virtuais, cuja vocação seja a de qualificar os formandos em termos relevantes para o seu desempenho	42140	Documentos de registo.	Equipas de acompanhamento/NGARH.

	ou para as matérias inseridas na missão do Organismo.			
Indicador 3	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das populações portuguesas ciganas.	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PNIPGM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, I.P., com as ações concretizadas.	100%	Protocolos e Documentos de Registo	Equipas de acompanhamento/NGARH.

PARÂMETRO EFICIÊNCIA

OP3 – GARANTIR A BOA GESTÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Indicador 4	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos).	Média simples.	35	GERFIP.	Coordenação EFAF/NGARH.
Indicador 5	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos).	Média simples.	10	GERFIP.	Coordenação EFAF/NGARH.
Indicador 6	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por <i>e-mail</i> .	Meta calculada através de uma média simples; Para este efeito são contabilizados todos os e-mails recebidos nos endereços: informacoes@acm.gov.pt; cnaimnorte@acm.gov.pt cnaimlisboa@acm.gov.pt cnaimalgarve@acm.gov.pt	5	Documentos de registo.	DAAM/NGARH.

PARÂMETRO QUALIDADE

OP4 – ASSEGURAR O EQUILÍBRIO ENTRE O SERVIÇO PRESTADO E O BEM-ESTAR DO PÚBLICO-ALVO.

Indicador 7	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIM	Somatório das reclamações com fundamento da responsabilidade do ACM, I.P. apresentadas <i>online</i> e no livro amarelo; São contabilizadas as reclamações realizadas no livro amarelo e <i>online</i> que tenham fundamento e que sejam relativas a gabinetes da responsabilidade direta dos CNAIM.	7	Livro de Reclamações/ <i>e-mail</i> .	Coordenação dos CNAIM/NGARH.
Indicador 8	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)	Meta calculada através de uma média simples comparativa; Considera-se o tempo médio de espera de todas as chamadas realizadas para a Linha de Apoio ao Migrante e Serviço de Tradução Telefónica em comparação ao período homólogo.	00:05:00	SIGA	Coordenação dos CNAIM/NGARH.

OP5 – GARANTIR A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL E FAMILIAR DOS/AS TRABALHADORES/AS

Indicador 9	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Percentagem de trabalhadores/as a usufruir de modalidades e regimes de horário promotores da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	Varição percentual entre o número total de trabalhadores em exercício de funções públicas e o número de despachos favoráveis obtidos. Assegurar o despacho favorável a requerimentos para exercício de funções em regimes e modalidades	30%	Documentos de Registo/Processos Individuais.	NGARH

de horário legalmente previstos, favoráveis a uma maior conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as, sempre que assim se configure possível, sem que seja colocado em causa o normal funcionamento dos serviços.

OP6 – PROMOVER POLÍTICAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Indicador 10	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2022	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Construção e Implementação do Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho (em dias).	Garantir a elaboração, aprovação e devida implementação do Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho.	274	Despacho/Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho.	NGARH

Quadro 3 – Objetivos Operacionais, Indicadores e Metas

Em 2022, pretende-se um Quadro de Avaliação e Responsabilização ambicioso, com um aumento significativo das metas estabelecidas nos indicadores 1 e 2, desafiando assim as equipas para uma superação em relação às execuções do ano 2021.

O indicador 3 mantém a obrigatoriedade de refletir em sede de QUAR medidas que representam uma referência para a execução do Programa Orçamental em matéria de migrações, através do PNIGPM - Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações e da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC).

Relativamente aos indicadores 4, 5 e 6, inseridos no parâmetro eficiência, que traduz a relação entre os bens e serviços prestados e os recursos utilizados, entende-se a manutenção das metas uma vez que estes representam indicadores com reduzido histórico a considerar.

Destacam-se, igualmente, já no parâmetro Qualidade, os indicadores 9 (Percentagem de trabalhadores em Teletrabalho ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) e 10 (Construção e Implementação do Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho - em meses), que respeitam um esforço de conformidade com o artigo 25.º da LOE, nomeadamente no que concerne às orientações específicas emanadas da SGPCM e que reportam aos objetivos nacionais assumidos em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores, bem como de segurança e saúde no trabalho.

	Peso do Parâmetro	Peso do Obj. Operacional no Parâmetro	Peso Final de cada Obj. no QUAR	Objs. + Relevantes
EFICÁCIA	25%			
OP1 - Aproximar o ACM, I.P. das/os suas/seus destinatárias/os		30%	7,5%	
OP2 - Promover a Diversidade Cultural		70%	17,5%	*
EFICIÊNCIA	10%			
OP3 - Garantir a boa gestão e execução dos recursos		100%	10%	
QUALIDADE	65%			
OP4 -Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público alvo.		20%	13%	
OP5 - Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as		40%	26%	*
OP6 - Promover políticas de segurança e saúde no trabalho		40%	26%	*

Quadro 4 – Esquema de Pesos e Ponderações

Relativamente ao peso relativo de cada objetivo operacional (OP) e à obrigatoriedade de definição dos objetivos mais relevantes, sublinham-se, para este efeito, o OP2, onde se insere o indicador 3 que reflete as orientações expressas no Programa do Governo e os Objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governação, e o OP5 e OP6 cujos indicadores estão orientados para as disposições decorrentes da aplicação do art. n.º 25.º da Lei do Orçamento de Estado para 2021.

De notar que, conforme disposta nas linhas de orientação para a construção dos instrumentos de gestão, o apuramento dos objetivos mais relevantes obriga a que se encontrem reunidas duas condições cumulativas que, no caso do ACM, I.P., podem ser aferidas no quadro supra (quadro 3):

- A soma dos pesos, por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final, tem de perfazer uma percentagem superior a 50.
- São incluídos, pelo menos, metade dos objetivos, independentemente da sua natureza (eficácia, eficiência, qualidade).

MATRIZ DE COERÊNCIA E IMPLICAÇÃO

A matriz de coerência e implicação é um instrumento facilitador da comunicação estratégica, que visa demonstrar a relação entre cada um dos objetivos operacionais na e para a concretização dos objetivos estratégicos, o que permite definir prioridades e alinhar o desempenho organizacional.

		Objetivos Estratégicos		
		OE1	OE2	OE3
Objetivos Operacionais	OP1	X		
	OP2	X		
	OP3		X	
	OP4			X
	OP5			X
	OP6			X

Quadro 5 – Matriz de Coerência e Implicação

PROGRAMA ORÇAMENTAL

Do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e populações portuguesas ciganas, o ACM, I.P., identifica como indicador associado à execução do Programa Orçamental, o Indicador 3, cuja concretização congrega as metas do PNIPGM – Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações e da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC).

O desempenho destas duas medidas representa uma referência para a execução do Programa Orçamental, sendo estas trimestralmente monitorizadas através do Relatório dos Programas Orçamentais (REPO) do PO02 – Governação.

Indicador:

Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas

V. ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

ATIVIDADES A REALIZAR

O ACM, I.P., é um Instituto Público que inclui no seu Organograma cinco Equipas multidisciplinares, três grandes Departamentos e dez Núcleos, com competências diversas nas matérias que lhes estão adstritas. Este Instituto procura avaliar e determinar as áreas de atuação primordial através de uma avaliação cuidada da conjuntura externa, interna e diretrizes legais nacionais e internacionais.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E CAPTAÇÃO DE MIGRANTES – DRIPMCM

Cumprido ao Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes (DRIPMCM) do ACM, I.P., entre outras tarefas, acompanhar, executar e monitorizar a execução das políticas públicas, através da coordenação de instrumentos de natureza política: o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações (PNIPGM) em execução desde agosto de 2019 e cuja implementação se prevê decorrer até Dezembro de 2021.

No ano de 2022 prevê-se a conclusão da realização do relatório de execução do PNIPGM, que englobará as atividades executadas desde agosto de 2019 a dezembro de 2021, bem como as demais diligências associadas a este processo, designadamente o processo de auscultação à sociedade civil relativamente ao Pacto e ao PNIPGM implementado em parceria com a Organização Internacional para as Migrações.

A monitorização do PNIPGM, caso se mantenha a implementação deste instrumento, será um processo contínuo de articulação com as entidades responsáveis pela sua execução, incluindo a organização de reuniões com todos os pontos focais e convocando, sempre que necessário, reuniões bilaterais, para a promoção de sinergias entre as entidades envolvidas com vista à concretização das medidas previstas.

Está previsto para 2022 o acompanhamento do PNIPGM no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Para além do acima referido ao DRIPMCM caberá, entre outras tarefas, a acompanhar, preparar e apoiar as reuniões plenárias e temáticas do Conselho para as Migrações (CM) - órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do Conselho Diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias.

Dentro das suas competências, entre outras, o Conselho procederá à análise de propostas de alteração a diplomas legais, ao acompanhamento das políticas migratórias, resolução de bloqueios e articulação com as respetivas entidades, acerca de problemas que respeitam à integração de imigrantes em Portugal em diferentes áreas como a saúde, segurança social, habitação, entre outras, para as quais o Departamento fará a devida articulação, estudo das questões e o desbloquear de problemas.

O DRIPMCM apoiará com pareceres técnicos na análise de candidaturas e no acompanhamento a projetos referentes ao Objetivo Específico 2 - Integração e Migração Legal no âmbito do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI) e demais diligências associadas.

Representará e realizará trabalhos de acompanhamento dos Planos (sectoriais/transversais) de outras entidades, nos quais o ACM, I.P., se encontra envolvido, e.g. o Plano Nacional de Literacia Financeira (PNLF), a Estratégia Nacional para a Deficiência (ENDEF), o Plano Nacional da Saúde (PNS), a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).

Dinamizará os Protocolos com implicações na sua área de intervenção, designadamente os celebrados com a PSP, GNR e UAL e apoiará o Projeto de Investigação sobre a implementação de iniciativas para prevenção de doenças não transmissíveis em populações migrantes, através da literacia em saúde, promoção da saúde e coesão social.

Dará continuidade à implementação da Lei 27/2017, de 30 de maio, que aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, nas diferentes vertentes:

- I. No assegurar o contacto com a Comissão Europeia e com as entidades equivalentes dos outros Estados membros, a fim de cooperar e partilhar informações relevantes;
- II. Na coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelas entidades nacionais envolvidas na aplicação da Lei - IEFP, ANQEP, DGE, ACT, ISS IP, ATA, DGERT, DGES, IHRU, CICDR e DGAE;
- III. Na publicação e atualização de informação relevante sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação;
- IV. Na implementação de medidas necessárias à preparação dos serviços para prestação de informações aos cidadãos europeus que procurem os CNAIM e os CLAIM;
- V. No processo de contratação para a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade, assegurando a publicação de relatórios independentes e formulação de recomendações sobre as matérias em causa;
- VI. Na identificação de bloqueios de integração dos cidadãos da UE a residirem em Portugal;
- VII. Na promoção do diálogo com os parceiros sociais, com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, e com as organizações não-governamentais (ONG).

O DRIPMCM, no âmbito das suas competências, assegurará, ainda, as respostas aos pedidos de informação recebidos por correio eletrónico no Gabinete de Apoio à Regresso Emigrante (GARE).

Sempre que solicitado pelo Conselho Diretivo, representará o ACM, I.P., em eventos, conferência, seminários e continuará a coordenar e/ou participar em Grupos de Trabalho temáticos em diferentes áreas de intervenção da política migratória em estreita articulação com o Conselho para as Migrações.

Procederá, igualmente, à preparação de respostas a pedidos de informação, pareceres jurídicos e questionários relacionados com a política migratória e serviços do ACM, I.P.

Núcleo de Relações Internacionais

Em 2022, o NRI continuará a acompanhar os trabalhos e a representação junto da Rede Europeia de Integração e a garantir a preparação dos contributos para esta Rede e assumirá a representação do ACM, I.P., junto do Grupo de Alto-Nível sobre a Discriminação.

Ainda no que diz respeito à dimensão da União Europeia, o NRI acompanhará as atividades da FRA (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia), assegurando a presença nas reuniões dos Oficiais Nacionais de Ligação, participando ainda na preparação dos contributos para o Relatório Anual dos Direitos Fundamentais e articulação com outras entidades nacionais relativamente a esta preparação.

Adicionalmente, e em 2022, o NRI continuará a acompanhar o Grupo de Trabalho que junta as entidades responsáveis pela Livre Circulação (*Free Movement Bodies*). Durante o ano, o NRI continuará a assegurar a representação do ACM, I.P., junto da Parceria para a Inclusão de Migrantes e Refugiados da Agenda Urbana da União Europeia. Acompanhará, ainda, as atividades da Equinet (Rede Europeia dos *Equality Bodies*), com particular destaque para as reuniões do Grupo de Trabalho Comunicação e do *Freedom of Movement Cluster*.

No seguimento do trabalho iniciado durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o NRI prosseguirá o acompanhamento do desenvolvimento das iniciativas do Grupo de Trabalho IMEX/Integração.

19

Relativamente ao trabalho junto da OCDE, o NRI assegurará o acompanhamento e preparação da participação do ACM, I.P., no Grupo de Trabalho Migrações e continuará responsável, em conjunto com o GECl, pelo acompanhamento dos trabalhos da *Network of Communications Officers on Migration (NETCOM)*.

O NRI continuará a acompanhar os trabalhos do Fórum Global Migrações e Desenvolvimento das Nações Unidas e da *UN Network on Migration*.

Haverá a destacar a coordenação e preparação de contributos para a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e acompanhamento dos trabalhos da Comissão.

Em 2022, o NRI ficará ainda responsável pela preparação da posição do ACM, I.P., e da resposta a diversos pareceres e questionários para entidades tão diversas como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, as Nações Unidas, OIM, OIT ou OSCE.

DEPARTAMENTO DE APOIO À INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas

As atividades implementadas por este Núcleo concorrem directamente para a implementação da ENICC- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (RCM nº 154/ 2018 de 29 de novembro) bem como, em 2022, para a execução do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021 de 28 de Julho).

A monitorização da execução da ENICC- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (RCM nº 154/ 2018 de 29 de novembro), em articulação com o CONCIG- Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, bem como o apoio à preparação da próxima estratégia serão atividades estruturantes do trabalho do NACI em 2022.

De entre as atividades previstas são de salientar as seguintes:

- I. Acompanhamento aos projetos da V edição do FAPE- Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas que deverão iniciar atividades em janeiro de 2022;
- II. Acompanhamento aos projetos da V edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, PAAC a lançar em 2021;
- III. Dinamização de sessões de “história e cultura cigana” (estão previstas para 2022, pelo menos 60 sessões);
- IV. Acompanhamento do Programa OPRE (apoio a estudantes ciganos/as do ensino superior), em parceria com a Associação Letras Nómadas, durante o ano lectivo 2021/2022;
- V. Acompanhamento do Programa Roma Educa (destinado a estudantes do 3º ciclo e ensino secundário), em parceria com Associações Representativas das Populações Portuguesas Ciganas, durante o ano lectivo 2021/2022;
- VI. Coordenação e acompanhamento do projeto “Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas”, aprovado pela Comissão Europeia que decorrerá até janeiro de 2023;
- VII. Acompanhamento no âmbito de formação/ sensibilização às equipas do Projeto Mediadores Municipais Interculturais (PMMI) em conjunto com a equipa do GAPLIM, designadamente dos projetos aprovados no âmbito do concurso do PMMI, POISE-33-2021-02;
- VIII. Acompanhamento à equipa do Programa Romed (Associação Letras Nómadas) com vista à consolidação do Programa;
- IX. Celebração do “Dia Internacional” e do “Dia Nacional” das Pessoas Ciganas (8 de abril e 24 de junho, respetivamente) com eventos e iniciativas;
- X. Dinamização e acompanhamento da iniciativa “Círculos de Fala de mulheres ciganas”;
- XI. Participação em reuniões internacionais no âmbito da integração das pessoas ciganas, nomeadamente, o National Roma Contact Point, junto da Comissão Europeia e o ADI-Rom (Conselho da Europa).

Programa Escolhas

Para o ano de 2022 as atividades de maior relevância previstas no âmbito do Programa Escolhas são as seguintes:

- I. Lançamento da Avaliação Externa da 8ª Geração do Programa Escolhas.
- II. Realização de 3 rondas de reuniões presenciais e/ou à distância com os 105 projetos financiados pelo Programa Escolhas.
- III. Concretização de ações de formação e/ou de sensibilização às equipas dos projetos, através da dinamização de sessões temáticas mensais presenciais e/ou *online* em articulação com outras entidades, dirigidas a técnicos/as, coordenadores/as e dinamizadores/as comunitários/as e da realização de sessões online dirigidas de forma mais exclusiva aos/às dinamizadores/as comunitários/as no âmbito do seu plano de acompanhamento.
- IV. Continuação da implementação do plano de formação previsto para 2021/2022 para dinamizadores/as comunitários/as, assembleias de Jovens e coordenadores/as de projeto, em formato essencialmente *online*. Salientar que a formação dos/as coordenadores/as nesta 8ª geração é certificada pela DGERT.
- V. Dinamização de dois encontros com Dinamizadores/as Comunitários/as.
- VI. Dar Continuidade aos protocolos realizados com o IPAV e com o Município do Seixal e Santa Casa da Misericórdia do Seixal no âmbito dos Mediadores do Seixal, bem como estabelecer outros que entretanto possam surgir e que sejam pertinentes para a intervenção do Programa.
- VII. Dar continuidade à dinamização do Clube Escolhas, de acordo com o previsto inicialmente, nomeadamente com a promoção de jogos de futsal entre as equipas criadas pelos projetos.
- VIII. Dinamização de uma iniciativa global de verão, dirigida aos projetos.
- IX. Dinamização em finais de 2022, de um evento de celebração dos resultados alcançados pelas Assembleias de Jovens após a capacitação e o percurso de mentoria previsto no Plano de Formação.
- X. Dinamização do Escolhas ON, um projeto inovador na área da comunicação, que consiste na criação de uma emissão *online* (live streaming) em formato de televisão com o objetivo de informar e interagir com a comunidade Escolhas que será emitida por uma ou várias redes sociais do Programa. Estão previstas neste âmbito ações de capacitação e mentoria aos projetos do Programa Escolhas tendo por fim a melhoria das competências ao nível da comunicação e dos meios audiovisuais.
- XI. Acompanhamento da proposta e execução da Medida Excepcional de Incentivo ao Sucesso Escolar do ano letivo 2021/2022. Preparação e lançamento de nova medida para o ano letivo de 2022/2023.
- XII. Preparação e lançamento de um projeto de bolsas de ensino superior destinado a jovens migrantes com carências económicas.
- XIII. Lançamento da 9ª Geração do Programa Escolhas, que inclui a criação da proposta de RCM e de Regulamento; dinamização de sessões de esclarecimento; apreciação das candidaturas pelo Secretariado Técnico; reunião de júri e apresentação dos resultados e sessão de assinatura de protocolos.

Formação

- I. Dinamização de formação inicial e contínua dos/as formadores/as da bolsa do ACM, I.P., relativa às temáticas contempladas na oferta formativa do ACM, I.P., nomeadamente sobre o módulo do “Diálogo Inter-religioso” e “Aprender com as Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade”. Prevê-se ainda a realização de um encontro presencial que permita a troca de experiências e reforçar o sentido de pertença.
- II. Dinamização de cerca de 130 ações de formação/sensibilização da Oferta Formativa do ACM, I.P., a diversas entidades públicas e privadas ou sem fins lucrativos, nomeadamente, Escolas, Municípios, Associações.
- III. Concretização das ações previstas no âmbito dos protocolos estabelecidos com a Polícia de Segurança Pública (Programa “Juntos por Todos”), Guarda Nacional Republicana, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Instituto Nacional de Administração, I.P., nomeadamente dinamização de formação e colaboração na construção de conteúdos formativos.
- IV. Dinamização de ações de formação sobre a temática das populações portuguesas ciganas, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidade Ciganas, através da bolsa de formadores e em estreita colaboração com o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.
- V. Colaboração na execução de medidas previstas no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação.
- VI. Identificação de novas temáticas para a Oferta Formativa, e definição de respetivos conteúdos, e revisão/atualização dos módulos que contemplam a atual oferta.
- VII. Colaboração com o Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA) na definição do conteúdo programático do MOOC (Massive Open Online Course) “Interculturalidade e Cidadania Global”.
- VIII. Colaboração com o INA no Programa de Capacitação em Direitos Humanos para a Administração Pública na concretização do módulo “Direitos Humanos Diversidade e Igualdade”.

Carta Portuguesa para a Diversidade

- I. Participação no Conselho Consultivo da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão.
- II. Participação e apoio em atividades desenvolvidas no âmbito da Carta Portuguesa para a Diversidade.
- III. Participação no Grupo de Trabalho de Empregabilidade.

Educação Intercultural

Em 2022 prevê-se aprofundar o trabalho no âmbito da Rede de Escolas para a Educação Intercultural, aumentando o número de atividades para as escolas e retomando atividades no presencial.

Prevê-se a realização de 4 Encontros Regionais (12 eventos); 3 “Mostras de Práticas” e 6 “Curtas de Inspiração”, complementadas com a dinamização da plataforma online e com a dinamização de grupos de trabalho entre escolas.

Em conformidade com o previsto no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, prevê-se as seguintes atividades:

- I. Realização de 6 iniciativas de divulgação da versão atualizada do Kit Intercultural Escolas, ACM, I.P (conjunto de publicações e recursos pedagógicos de acesso livre).
- II. Inclusão no Kit de recursos que abordem factos históricos e seus impactos no racismo na contemporaneidade; Realização de um número mínimo de 2 atualizações do Kit.
- III. Criação e distribuição de um Guia de recomendações para a prevenção e combate à discriminação nas escolas, em parceria com a CICDR e a Direção-Geral da Educação.
- IV. Realização de 6 sessões online de esclarecimento e sensibilização para a implementação do Guia.
- V. Articulação com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) para a criação de 15 propostas de atividades a desenvolver pela RBE para leitura, fruição, discussão e exploração de obras literárias, numa perspetiva interdisciplinar, crítica e emancipatória dos grupos discriminados.
- VI. Articulação com o Plano Nacional das Artes para a colocação de artistas residentes nas escolas.

No âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), prevê-se a implementação de 2 Oficinas de 50 horas sobre o tema Migrações e Interculturalidade (uma presencial e uma online) dirigida a docentes e formadores de docentes, financiadas pelo Instituto de Camões e em parceria com a Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI).

No âmbito do recente protocolo entre ACM, I.P., e UNICEF, prevê-se a realização de atividades de apoio à capacitação de escolas de acolhimento de crianças e jovens refugiados.

23

Estão previstas ainda as seguintes atividades no âmbito do projeto financiado da Rede SIRIUS: Sirius Watch Report; National Round Table e Annual Conference.

DEPARTAMENTO DE APOIO E ASSISTÊNCIA MIGRATÓRIA

O Plano de atividades de 2022 do DAAM prevê um ajustamento das atividades, tendo em consideração as respostas presenciais e também uma nova realidade ao nível do atendimento, formação e reuniões através de plataformas *online*.

Assim, para além da resposta diária que é dada por cada equipa que constitui o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM), as atividades previstas com maior relevância para 2022, são a implementação de um projeto para a promoção de Sistemas de Apoio à modernização e capacitação da administração Pública (SAMA 2020), “Migrações 2022”, n.º POCI-05-5762-FSE-000478, que foi aprovada em 20/10/2020. Este projeto integra um conjunto de medidas, com forte aposta na componente digital, tais como o Centro de Contacto Inclusivo e o *E-learning* migrações. Duas destas medidas foram adotadas com medidas SIMPLEX 2020/2021, por promoverem a aproximação e melhorarem o contacto dos imigrantes com os serviços públicos, facilitando o acesso aos serviços e tirando partido

da tecnologia digital. Pressupõe-se com esta medida a disponibilidade da realização em 2022 de atendimentos nos CNAIM (Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes) e LAM (Linha de Apoio à Integração de Migrantes) por videochamada, tornando o contacto com os utentes mais acessível e personalizado. Este serviço visa também apoiar os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM e as Associações de imigrantes, através de atendimentos especializados efetuados através de plataforma digital, por videochamada. Prevê-se com esta medida, que seja possível o acesso a todos os serviços dos CNAIM a nível nacional, sem que os imigrantes tenham de se deslocar aos grandes Centros. Prevendo-se ainda, uma resposta mais imediata às várias solicitações, assim como o menor tempo de espera para os atendimentos. Este serviço terá também como prioridade a disponibilização das várias respostas do ACM, I.P., por videochamada, tais como o Serviço de Tradução telefónica - STT e os serviços da Linha de Apoio a Migrantes - LAM.

Para 2022, planeou-se também para todas as equipas presentes nos CNAIM e LAM, a realização de ações de formação/sensibilização aos serviços públicos, sobre os gabinetes de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes, disponibilizados por estas equipas.

Os gabinetes especializados do ACM, I.P., presentes nos CNAIM (Gabinete de apoio Jurídico – GAJ, Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão – GASI, Gabinete de Apoio Inserção Profissional, Qualificação e Ensino superior – GAIPESQ, Gabinete de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa – GLPt e GAV – Gabinete de Apoio à Vítima, este último implementado ao abrigo de um protocolo com a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) manterão as suas atividades de resposta direta a migrantes e articulação com outras entidades públicas, destacando-se:

- I. Dinamização de 7 ações de capacitação Projeto Promoção do Empreendedorismo Migrante - PEI, 4 em Lisboa, 2 no Porto e 1 em Faro, pelo GAIPESQ.
- II. Celebração dos 15 anos da parceria IEFP/ACM, I.P., para a constituição da rede GIP Imigrante;
- III. Continuidade do projeto-piloto – RVCC/aprendizagem de língua portuguesa, no Algarve e alargamento a outros territórios (GAIPESQ e GLPt).
- IV. Acompanhamento ao Grupo Operativo único e transição pós programa (GASI).
- V. Bolsa de Alojamento Temporário e Urgente (GASI).
- VI. Gestão da Plataforma de Português Online, entre outras, há a destacar a comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa em maio, assim como a dinamização e revitalização do Programa mentores (GASI).
- VII. Formação ministrada pelo Gabinete de Apoio Jurídico, no âmbito da Lei de Estrangeiros e Nacionalidade.
- VIII. Encontro Nacional da rede CLAIM, a realizar no 1.º semestre de 2022.

No âmbito das ações previstas para 2022, pelo Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes – GAPLIM, projetou-se a continuidade do acompanhamento aos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, com enfoque na dinamização de um encontro Nacional da Rede CLAIM presencial, no primeiro semestre de 2022, assim como a dinamização de ações de formação Inicial Teórica a toda a Rede CLAIM (a novos técnicos) e formação de atualização sobre a Lei Estrangeiros/Nacionalidade e também ações na área do acesso à saúde e apoios sociais. Durante o ano de 2022, pretende-se ainda dar continuidade ao alargamento da Rede Nacional de Centros Locais de

Apoio à Integração de Migrantes, aumentando a resposta ao nível local dos serviços de apoio do ACM, I.P. Assim como, proceder à renovação da sinalética de toda a Rede CLAIM, uniformizando e expandindo a imagem dos CNAIM. Em 2022, o NAIM, através do GAPLIM, acompanhará e monitorizará a Rede Integrar Valoriza, criada pela RCM - Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2021 de 9 de julho de 2021.

Este departamento propõe-se ainda a ministrar um volume de cerca de 12.490 horas de formação/sensibilização a terceiros, nas modalidades presencial e virtual, assim como a efetuar cerca de 290 contactos de acompanhamento a projetos parceiros, promovendo a proximidade entre os serviços do ACM, I.P., os serviços públicos e entidades da sociedade civil, desenvolvendo respostas de atendimento e informação orientadas para uma resposta robusta e integrada às múltiplas necessidades dos migrantes em Portugal.

EQUIPA DE PROJETO DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS

DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS

Intersecting Inequalities

Mais de metade das pessoas em movimento no mundo são mulheres e raparigas. As necessidades das mulheres migrantes têm mudado significativamente nas últimas décadas, com uma proporção crescente de mulheres que tomam a decisão de migrarem sozinhas, e com os elevados níveis da participação delas no mercado de trabalho. Esta realidade estende-se a Portugal, onde as mulheres migrantes estão maioritariamente em idade ativa e fértil. A Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais (EPDI) do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., criada em 2019, trabalha o *mainstreaming* de género nas políticas e medidas sensíveis ao género para a integração de migrantes e integração das populações portuguesas ciganas, em linha com as recomendações Europeias e Internacionais. Este *mainstreaming* de género tem vindo a ser promovido pelo ACM, I.P., tanto a nível interno como externo, através de iniciativas de sensibilização e capacitação, como a formação para as funcionárias/os do ACM, I.P. e os seus parceiros diretos, participação em projetos, fortalecendo a cooperação e parcerias com entidades relevantes e da sociedade civil (como a Fundação Aga Khan, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação de Planeamento Familiar, o Observatório de Tráfico de Seres Humanos, a Associação Movimento Democrático de Mulheres, e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres, entre outras), e através da participação em conferências e seminários.

25



De salientar a implementação do primeiro Plano Anual para a Igualdade em 2021, tendo o ACM, I.P. sido o primeiro Instituto Público a fazê-lo. A implementação e monitorização do Plano Anual para a Igualdade 2022 será uma prioridade para a EPDI. O Plano para a Igualdade continuará a ser um trabalho transversal e integrado, com elementos de todas as Unidades Orgânicas e Equipas do ACM, I.P., e alinhado com outros Planos e

Estratégias promovidas/monitorizadas pelo ACM, I.P. – como a Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas, o Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global das Migrações e a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual».

As principais atividades previstas para 2022 no âmbito desta Equipa enquadram-se nas seguintes áreas:

I. *Mainstreaming* de Género nas atividades do ACM, I.P.

- Monitorização e implementação do Plano Anual para a Igualdade do ACM, I.P. 2022;
- Elaboração do Plano Anual para a Igualdade do ACM, I.P. 2023;
- Ações de sensibilização/capacitação no âmbito da interseccionalidade para organizações da sociedade civil de mulheres migrantes, ciganas, negras e afrodescendentes;
- Encontro/Debate sobre interseccionalidade em colaboração com a sociedade civil e movimentos feministas e anti-racistas, para assinalar o do Dia da Mulher Africana, 31 de julho;
- Colaboração estreita com o NACI no âmbito da implementação da ENICC, nomeadamente no que diz respeito ao Objetivo Estratégico "4. Promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas";
- No âmbito do Plano Nacional da Juventude, combater as práticas tradicionais nefastas para a saúde e bem-estar das raparigas e jovens mulheres: Realização de encontros e iniciativas de informação sobre o combate e prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas (MGF, casamentos infantis, precoces e/ou forçados e os direitos das raparigas e mulheres): número de jovens: 40;
- No âmbito do Plano Nacional da Juventude, promover a Igualdade de oportunidades entre jovens (incluindo comunidades migrantes, refugiadas e populações portuguesas ciganas): Dinamização de ações de sensibilização na área da Interseccionalidade, Igualdade de Oportunidades e Integração: número de participantes: 50;
- Contribuição para a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, Portugal + Igual, e respectivos Planos (em 2022 entrarão em vigor novos Planos: Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais, bem como o Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos) para os quais as medidas da responsabilidade do ACM, I.P. estão a ser desenhadas.

II. Década Internacional da ONU de Afrodescendentes

- No âmbito do Plano Nacional da Juventude, Dinamização de ações de informação/sensibilização no âmbito da celebração da Década Internacional de Afrodescendentes das Nações Unidas (2015-2024) dirigidas a jovens;
- Identificação de artistas afrodescendentes que possam assumir o papel de Embaixadores/Embaixadoras da Década para maior promoção e disseminação das atividades;
- Articulação com as associações, núcleos de estudantes africanos das universidades que trabalham as temáticas relacionadas com a Década, através do novo Núcleo de Ligação às Associações, com vista a um

trabalho mais próximo com o ACM, I.P., começando com um desafio para identificar afrodescendentes para testemunhos sobre a sua vida e o seu percurso;

- Articulação com o Ministério da Educação com o objetivo de integrar no Plano Nacional de Leitura autores afrodescendentes e suas obras;
- Promoção de reuniões com parceiros estratégicos para cooperação neste domínio;
- Elaboração de uma Estratégia de Comunicação da Década e dos materiais/publicações do ACM, I.P. neste domínio (site);
- Recolha de testemunhos das pessoas identificadas pelas Associações através de vídeo e imagens;
- Realização de uma Conferência Digital sobre a Década, com a participação da sociedade civil, academia e serviços que trabalham neste domínio, com convidados/as internacionais;
- Encontro/Debate para assinalar o Dia de África, 25 de maio.

III. Promoção da Diversidade

- Promoção de medidas internas para a proteção e valorização da Diversidade e a Conciliação entre a Vida Profissional familiar e Pessoal.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

As atribuições do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.) consagradas no diploma legal que aprova a sua lei-organica, Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, evidenciam, mais concretamente no artigo 3.º, n.º 2, alínea I), que o combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, é e sempre será um dos pilares do instituto público que acompanha e executa as medidas públicas nas áreas da integração e migrações.

O papel do ACM, I.P. na luta pela igualdade e contra a discriminação racial foi sendo sementada e fortalecida desde 2002, ano em que a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), criada em 1999, passou a integrar a estrutura do, na época, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Após vários diplomas aprovados sobre esta matéria ao longo do tempo, no ano de 2017, é aprovado, no dia 23 de agosto, a Lei n.º 93, 2017, que se tornou a última ferramenta legal e consolidada no âmbito desta temática.

Dando continuidade ao compromisso assumido pelo XXII Governo Constitucional da efetiva separação da área das migrações da área do combate ao racismo e à discriminação já iniciada no ano de 2021, com a criação da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações e conservação das questões que dizem respeito à CICDR sob a tutela da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, que aprova o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — Portugal contra o racismo, veio

estabelecer como uma das suas medidas o reforço e a autonomização da CICDR, medida essa que impulsionará novas mudanças em 2022.

Neste sentido, até à efetivação dessa medida, o ACM, I.P., continuará a assegurar o regular funcionamento da CICDR e da equipa que dá apoio à Comissão, equipa essa que continuará a receber as queixas/denúncias, a proceder à instrução de processos de contraordenação, a recolher toda a informação relativa às práticas discriminatórias, procedendo à aplicação das correspondentes sanções publicitando-as como medida de prevenção geral e ao encaminhamento das queixas da competência de outras entidades.

Ao longo de 2022 e no âmbito da implementação do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 as atividades da CICDR concorrem directamente para a execução deste Plano. Em paralelo esta Comissão acompanhará também a execução do Plano, colaborando com a Secretaria -Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), entidade coordenadora do PNCRD.

Está ainda previsto para o ano de 2022 uma grande campanha nacional de combate ao racismo e à discriminação racial.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

O Observatório das Migrações, criado em 2002, é desde 2016 uma Equipa de Projeto do ACM, I.P., com a missão de “estudo e acompanhamento científico das migrações e a produção, recolha, análise e difusão de informação estatística acerca das migrações” (artigo 1º da [Deliberação n.º 1243/2016, DR 2ª série de 8 de agosto](#)) que nos termos do ponto 2 do artigo 1º da mesma deliberação “exerce a sua missão e atribuições em articulação com o membro do governo que tutela a área das migrações”, neste caso atualmente em articulação com a Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações. Desde a sua génese o Observatório tem trabalhado com o mote “conhecer mais para agir melhor”, assumindo objetivos específicos quanto à sua natureza e carácter transversal que contribuem para as diversas áreas de atuação do ACM, I.P., e para recomendações para políticas migratórias e de integração baseadas em evidência científica (*evidence-based policy*). Desde 2016 a coordenação do OM está a cargo de Catarina Reis Oliveira (reconduzida em 2020 pela [Deliberação n.º 600/2020](#)) que, anualmente, apresenta o plano de atividades do Observatório das Migrações (OM).

O OM tem vindo a assumir responsabilidades crescentes ao nível da avaliação de políticas públicas, da monitorização da situação de integração de imigrantes, na execução de diversas medidas nos sucessivos planos de ação para a área das migrações, e na desconstrução de mitos e estereótipos acerca dos imigrantes com factos. Também foi no contexto de medidas desses planos de ação e de recomendações da Comissão Europeia (que culminam na definição dos indicadores comuns de integração) que foi criada a *Coleção Imigração em Números* em 2014, com coordenação científica e autoria de Catarina Reis Oliveira, integrando desde 2016 os relatórios estatísticos anuais *Indicadores de Integração de Imigrantes*, lançados anualmente no Dia Internacional dos Migrantes (18 de dezembro), e, desde 2020, os relatórios estatísticos do Asilo, *Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal*, lançados anualmente no Dia Mundial do Refugiado (20 de junho). A elaboração destes relatórios estatísticos anuais é uma

competência do OM, reiterada mais recentemente na primeira medida do primeiro objetivo do *Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto](#)).

Para 2022 o OM prevê promover as seguintes atividades:

I. Redação e publicação de novos Relatórios Estatísticos:

- Caderno Estatístico Temático OM #4 sobre *Perceções da imigração: entre mitos e factos sobre os imigrantes*: persistem em torno da imigração alguns mitos e estereótipos que induzem a erros de perceção e a distorções da realidade nos vários países de acolhimento, nomeadamente da Europa, incluindo Portugal. Vários inquéritos internacionais têm vindo a mostrar como a opinião pública, na generalidade dos países, tende a perceber a imigração e os seus efeitos para as sociedades de acolhimento, documentando ao longo do tempo as atitudes (mais favoráveis ou mais desfavoráveis) dos residentes face aos imigrantes. Este caderno estatístico temático do OM irá sistematizar e analisar os resultados de vários inquéritos internacionais, comparando os resultados de Portugal com outros países europeus, sinalizando as principais perceções acerca da imigração, por um lado, e, por outro, identificando os desvios dessas perceções face à realidade que os dados estatísticos e administrativos oficiais evidenciam.
- Relatório do Asilo 2022: O terceiro relatório estatístico do Asilo, produzido pelo OM, promoverá a sistematização e análise de dados estatísticos e administrativos, de fontes internacionais e nacionais, para informar decisores políticos e sensibilizar a opinião pública, combatendo mitos e estereótipos através de factos e dados, e contribui para a concretização do estipulado na Resolução da Assembleia da República n.º 292/2018 que recomenda ao Governo a elaboração e apresentação de *um relatório anual sobre a política de asilo em Portugal*. O relatório do Asilo de 2022 será lançado junto à data em que se assinala o Dia Mundial do Refugiado.
- Relatório Estatístico 2022 *Indicadores de Integração de Imigrantes*, com lançamento junto ao dia 18 de dezembro, Dia Internacional dos Migrantes. A elaboração destes relatórios estatísticos anuais é uma competência do OM, e que concretiza a primeira medida do primeiro objetivo do *Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto](#)).

II. Lançamento de novas Infografias:

- Infografia Imigração em Números 2022 (tal como tem acontecido no início de cada ano, desde 2018): página A3 com os principais dados e tendências estatísticas identificadas no Relatório Estatístico *Indicadores de Integração de Imigrantes*.
- Infografia Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal: página A3 com os principais dados e tendências estatísticas identificadas no Relatório do Asilo. (Previsão de lançamento em junho)

III. Publicação de novos volumes das Coleções do OM:

- Novos volumes da Coleção de Estudos OM – volume 71, *Trajétórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal*; volume 72, *Percurso de saúde da criança imigrante: um*

estudo de corte para o Concelho da Amadora; volume 73, Promoção da Cidadania e Direitos Sexuais em Populações Imigrantes em Portugal; volume 74, Trovoada de Ideias: Inclusão Linguístico-social dos Estudantes dos PALOP no ensino português.

- Novo volume da Coleção de Teses OM (a lançar em janeiro de 2022);
- Novo volume temático da Revista Migrações – Políticas Locais de Integração de Imigrantes (com coletânea de artigos de câmaras municipais com resultados de estudos de diagnóstico da integração de imigrantes a nível local), prevendo-se o seu lançamento para dezembro de 2022.

IV. Eventos OM 2021:

- *Diálogos OM Online “Perceções da Diversidade Cultural e da Imigração”,* junto ao Dia Mundial da Diversidade Cultural e para o Diálogo e o Desenvolvimento, 21 de maio (aponta-se para 20/5/2022) com lançamento do *Caderno Estatístico OM #4 sobre Perceções da imigração: entre mitos e factos sobre os imigrantes;*
- *Diálogos OM Online “Política de Asilo e Refugiados em Portugal”,* junto ao Dia Mundial dos Refugiados (20 de junho) com o lançamento e debate de novas publicações do OM: *Relatório do Asilo 2022 + Estudo OM Trajetórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal;*
- *Jornadas OM 2022,* junto ao Dia Internacional dos Migrantes (18 de dezembro) com o lançamento e debate de novas publicações do OM: *Relatório dos Indicadores de Integração de Imigrantes 2022 + Painéis temáticos com lançamento de Estudos OM e outras publicações OM (incluindo painel com câmaras para apresentação dos estudos de diagnóstico local de integração de imigrantes).*

NÚCLEO DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS

O Plano de Atividades NAIR, visa potenciar o acolhimento e integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional, particularmente dos Programas de Recolocação, incluindo menores não acompanhados, Reinstalação e requerentes de proteção internacional retomados a cargo e beneficiários de proteção internacional readmitidos no país. Visa ainda potenciar o melhor acompanhamento, monitorização e avaliação da intervenção dos municípios e entidades da sociedade civil, parceiros no processo de acolhimento e integração inicial destes cidadãos.

A ação concertada para a melhoria da aprendizagem da língua portuguesa, do acesso à saúde, à educação, à habitação e à formação profissional e emprego, implicam uma articulação e coordenação intersectorial estreita e colaborativa.

O NAIR promove, assim, a dimensão multidimensional e o envolvimento dos atores mais relevantes nestes programas, potenciando a articulação intersectorial e facilitando a implementação e cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Considerando os diferentes níveis de atuação e intervenientes, o NAIR pretende, ao longo de 2022:

- I. Acompanhar a seleção, *matching* e transferência de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional;

- II. Identificar e promover a capacidade de acolhimento que permita a transferência de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional, incluindo refugiados, selecionados por Portugal ao abrigo dos programas de recolocação bilateral, de barcos humanitários, e de menores não acompanhados, bem como do programa de reinstalação;
- III. Acompanhar as entidades de acolhimento e a integração inicial de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional, designadamente aqueles acolhidos ao abrigo dos programas acima mencionados;
- IV. Formar e Capacitar pessoas e instituições no acolhimento e integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional;
- V. Capacitar novas Entidades de Acolhimento;
- VI. Monitorizar e Avaliar o acolhimento e integração inicial;
- VII. Promover o acesso de requerentes e beneficiários de proteção internacional, à aprendizagem da língua portuguesa, a formação profissional, a empregabilidade e o empreendedorismo;
- VIII. Contribuir para todas as atividades atribuídas ao ACM, I.P. no âmbito do Grupo Operativo Único constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2020, de 23 de novembro de 2020, incluindo a sua operacionalização.

OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) foi criado em 2014 em resposta à necessidade de promover a integração das populações portuguesas ciganas evocada na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), sendo parte integrante da mesma para a prossecução dos seus objetivos. A missão do ObCig consiste no estudo e acompanhamento estratégico e científico da população cigana em Portugal e no apoio ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), nomeadamente no que diz respeito à melhoria do conhecimento da situação das pessoas portuguesas ciganas e à produção de recomendações para a conceção de políticas públicas, contribuindo para a desconstrução de estereótipos, a construção de igualdade de oportunidades e o acesso a Direitos Humanos fundamentais.

Para 2022, constituem objetivos fundamentais a continuação sustentada do trabalho iniciado e desenvolvido desde o início da atual coordenação iniciada em 2018. Assim, acompanhado por reuniões periódicas com o Conselho Diretivo do ACM, I.P., durante o ano de 2022, o ObCig pretende realizar as seguintes atividades:

- I. Publicações (Estudos ObCig, Coleção Olhares, Coleção Projetos e Práticas de Inovação Social)
 - A **Coleção “Estudos ObCig”** promove a produção de um conjunto de estudos temáticos relevantes para o reforço do conhecimento sobre as populações portuguesas ciganas, nomeadamente para o desenho, acompanhamento e avaliação de políticas públicas neste domínio.
 - O ObCig renovará igualmente a aposta na **Coleção Olhares**, criada em 2005, contando com 13 volumes publicados, em suporte de papel e digital, pretendendo-se divulgar estudos, trabalhos e/ou teses com

particular interesse para o conhecimento da realidade das populações portuguesas ciganas nas suas múltiplas dimensões. Prevê-se a publicação de dois volumes da Coleção Olhares (números 14 e 15), em formato digital e com um número mínimo de exemplares em formato papel (cerca de 200 exemplares).

- Durante o ano 2021 o OBCIG lançou uma nova **Coleção "Projetos e Práticas de Inovação Social"** com o objetivo de dar a conhecer projetos que, pelas suas temáticas, características e resultados, sejam inspiradores de realidades que apresentem constrangimentos similares à humanização dos atores e dos contextos. No ano 2022 renovaremos a aposta nesta nova coleção, publicando mais um número que oferece aos/às leitores/as exemplos de projetos e práticas de inovação social desenvolvidos junto das populações portuguesas ciganas.
- Para além das publicações acima referidas, o ObCig dará continuidade em 2022 a uma nova publicação criada durante o ano 2021: **ObCig Fact Sheets**. Esta é uma publicação de textos em que são analisados sumariamente temáticas sobre as populações portuguesas ciganas ou com estas relacionadas. O ObCig convidará sobretudo investigadores/as que trabalham na área das populações portuguesas ciganas para a realização destas Fact Sheets, tendo por objetivo divulgar publicamente, em tempo útil, alguns dos principais resultados de trabalhos recentes realizados sobre e com estas comunidades.

II. Newsletter ObCig

A Newsletter ObCig é um meio de comunicação fundamental e privilegiado de amplo alcance, visando a divulgação e reflexão científicas, a desconstrução de estereótipos, a promoção do conhecimento de pessoas ciganas, estudantes ou a trabalhar nas mais variadas áreas de intervenção, a divulgação do trabalho desenvolvido e a desenvolver por associações ciganas, mediadores/as interculturais e outros atores e organizações da sociedade civil, bem como de informação sobre relatórios, acontecimentos e eventos relevantes, nacionais e internacionais.

Para o ano de 2022 a Newsletter terá 4 edições: em 8 de abril (assinalando o Dia Internacional das Pessoas Ciganas), em 24 de junho (assinalando o Dia Nacional das Pessoas Ciganas), no início do mês de outubro e em 10 de dezembro (assinalando o Dia Internacional dos Direitos Humanos). Das 4 secções da Newsletters (1. Editorial; 2. Artigo de personalidade convidada; 3. Vozes Ciganas e 4. Divulgação) destacamos a secção 3, onde o texto escrito se conjuga com a imagem, o áudio e o vídeo, visibilizando os/as a(u)tores/as das falas escritas e faladas. Para além de as pessoas ciganas tomarem voz, contribuindo para o seu empoderamento, esta secção é um veículo fundamental de desconstrução de estereótipos, ainda muito arraigados na sociedade portuguesa, promovendo a construção de *Role Models* através de pequenos vídeos disponibilizados no Youtube, visíveis através do sítio do ObCig e do ACM, I.P.

III. Prémios ObCig (“Prémio ObCig Empresas Integradoras” e “Prémio ObCig Pessoa de Mérito”)

Em 2022, o ObCig irá promover a 4.ª edição do “Prémio ObCig Empresas Integradoras” e a 3.ª edição do “Prémio ObCig Pessoa de Mérito”, com o intuito de distinguir empresas e reconhecer pessoas que desempenhem um papel importante na integração de pessoas ciganas, nas esferas laboral e cívica, respetivamente.

IV. Investigação

A população portuguesa cigana (tal como a população cigana de outros países da União Europeia) é, ainda, relativamente pouco conhecida, permanecendo múltiplos estereótipos secularmente perpetuados, com forte impacto do ponto de vista da construção de redes de sociabilidade, na habitação condigna, no exercício de trabalho remunerado por conta de outrem, na educação escolar bem-sucedida e na esperança média de vida. Neste sentido, a realização de investigação, nomeadamente nos eixos estruturais da Estratégia Nacional, torna-se fundamental para a elaboração de políticas públicas empírica e teoricamente sustentadas, contribuindo para a construção de sociedades menos desiguais e, conseqüentemente, mais humanas. Neste sentido, no ano de 2022 o ObCig participará, fomentará e estará na origem de diversas iniciativas que a seguir se apresentam:

- Estabelecimento e concretização de parcerias.
- Projeto internacional de investigação-ação.
- Preparação de publicação no âmbito de projetos do Programa Escolhas.
- Levantamento de dados a nível nacional.
- Criação de uma Bolsa de Investigação anual para jovens ciganos/as.

V. Conferências, seminários e debates

A realização de seminários ou conferências, nacionais e internacionais, tem por objetivos promover a reflexão teórica empiricamente sustentada, o diálogo entre a academia, os decisores políticos, Organizações Não-Governamentais e a população cigana, bem como a divulgação do trabalho desenvolvido pelo ObCig. Destes seminários ou conferências, nacionais e internacionais, deverá resultar um conhecimento que possibilite uma atuação mais sustentada em todas as esferas do social.

- No ano de 2022, o ObCig continuará a organizar um **Seminário Internacional**. À semelhança do que aconteceu desde 2018, pretende-se fazer do seminário internacional o espaço de encontro anual e privilegiado entre investigadores/as a trabalhar com populações portuguesas ciganas, a sociedade civil e decisores políticos e pessoas ciganas envolvidas nas mais diversas esferas do social.
- Em 2022, serão igualmente promovidas conversas entre investigadores/as, dirigentes associativos das populações portuguesas ciganas, atores da sociedade civil alargada e decisores políticos tendo por base um dos temas das publicações da Coleção Olhares ou outros considerados relevantes. As temáticas serão tão abrangentes como a habitação, o mercado de trabalho, a enfermagem e cuidados de saúde ou o racismo e discriminação no seio das populações portuguesas ciganas e poderão resultar em conhecimento reatualizado perante as novas condições de vida pós-Covid. Neste sentido, prevê-se a realização de 4 sessões de **“Conversas com...”**, nos meses de março, maio, julho e outubro.

VI. Participação em Conselhos Consultivos e Grupos de Trabalho

- Participação nas reuniões do CONCIG.
- Participação nas reuniões da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).
- Participação em Grupo de Trabalho com vista à elaboração da nova ENICC.

VII. Formação solicitada: colaboração entre ministérios.

No âmbito do Projeto RISE – *Roma Inclusive School Experiences* e dos resultados alcançados, a pedido da DGE, durante 2022 irá ser concebido e realizado um MOOC – *Massive Open Online Course* de 25h, aberto a todos os professores do país no intuito de procurar generalizar as práticas do projeto, contribuindo para a diminuição do absentismo e insucesso escolares de crianças e jovens ciganos/as.

NÚCLEO DE LIGAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES

As Associações - representativas de imigrantes e seus descendentes, estudantes internacionais, pessoas refugiadas e beneficiários de proteção internacional, populações portuguesas ciganas e incluindo grupos informais - são parceiras privilegiadas na proteção dos direitos e interesses destes/as cidadãos/ãs.

No ano 2022 o Núcleo de Ligação às Associações irá dar continuidade à promoção do diálogo entre o ACM, I.P., e as Associações, assim como contribuir para o fortalecimento da sua capacidade de intervenção. Deste modo continuar-se-á a apostar na dinamização de ações de formação técnica e financeira com o objetivo de dar resposta às necessidades e circunstâncias específicas destas Associações.

É também da responsabilidade do NLA a promoção e divulgação do associativismo com vista a informar entidades públicas e privadas, cidadãos e cidadãs sobre a importância das associações no processo de integração das comunidades imigrantes e seus descendentes, pessoas refugiadas e populações portuguesas ciganas e potenciar a criação de associações, principalmente em territórios do país onde o movimento associativo é mais ténue.

Prevê-se igualmente a organização de sessões de esclarecimento e acompanhamento técnico a entidades não reconhecidas, relativamente ao processo de reconhecimento de associações de imigrantes pelo ACM, I.P., segundo o estabelecido no artigo 5.º, da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e dos números 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio.

O NLA em articulação com a Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais (EPDI) que monitoriza e implementa Plano para a Igualdade do ACM, I.P., realizará ações de sensibilização na área da igualdade de género (legislação de proteção das mulheres no que toca à discriminação e violência doméstica, direitos e mecanismos de proteção em várias áreas sobretudo no acesso ao trabalho, formação e ensino).

Com o objetivo de ir ao encontro das necessidades das várias comunidades imigrantes e seus descendentes, o NLA irá promover e dinamizar espaços de debate e troca de experiências entre as associações.

As reuniões entre os conselheiros representantes das comunidades imigrantes no Conselho para as Migrações e as comunidades, através das suas associações, que tiveram início em 2021 continuarão a ser dinamizadas em 2022, em estreita articulação com o DRIPMCM.

Será efetuada a avaliação dos relatórios finais de todos os projetos financiados no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2021 (PAAI 2021), com vista à validação do pagamento da segunda tranche e será dada continuidade a mais uma edição do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI 2022). O NLA fará a avaliação das candidaturas e o acompanhamento da concretização dos projetos no terreno.

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Recursos Humanos

Tendo o ano de 2021 sido atípico do ponto de vista organizacional e humano, prevê-se que os próximos anos, em matéria de gestão de pessoal e gestão organizacional, possam ser projetados a partir de um novo ponto de vista e com uma abordagem renovada sobre o futuro das relações laborais.

Questões como a flexibilidade laboral e horária, apontadas por vários estudos como uma das receitas para a obtenção de maiores níveis de produtividade, ainda que vistas por alguns com desconfiança, aliadas à necessidade de manutenção da produtividade, ao princípio da responsabilidade social, à procura pelo equilíbrio entre trabalho e lazer e conciliação com a vida familiar e pessoal, ao aumento das qualificações vs. aumento das expectativas, representam, de forma conexas, antigos e novos desafios a enquadrar.

No âmbito da atuação em matéria de gestão administrativa e de recursos humanos, em 2022, manter-se-á o princípio de adaptabilidade, transição digital e modernização administrativa, bem como um crescente investimento em políticas de conciliação da vida pessoal, profissional e familiar.

Da gestão de recursos humanos verte, também, o cuidado e a defesa da saúde dos/as trabalhadores, assim, torna-se objectivo do Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos e uma das apostas para 2022, investir em iniciativas de saúde mental e bem-estar, considerando os vários desafios e dificuldades em matéria de saúde mental, tais como, sentimentos de depressão resultantes da realidade do teletrabalho e conseqüente distanciamento social, redução da auto-estima profissional, incompatibilidades laborais que resultam numa redução da motivação e produtividade, de entre tantas outras.

Nestes casos importa que os recursos humanos possuam respostas musculadas e instrumentos apropriados, que permitam uma intervenção direta e eficaz, colocada à disposição dos trabalhadores para ajudá-los e acompanhá-los nestes processos, nomeadamente:

- ✓ Estar disponível;
- ✓ Demonstrar empatia;
- ✓ Oferecer suporte ao teletrabalho de longo prazo;
- ✓ Disponibilizar formação específica para a melhoria da gestão do tempo e da conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar;

- ✓ Disponibilizar formação específica para a melhoria das competências e qualificações dos/as trabalhadores;
- ✓ Envolver e preparar dirigentes e coordenações para cenários desafiantes no universo da gestão de equipas;
- ✓ Aplicar questionários de avaliação da condição dos/as trabalhadores/as.

No concerne à estrutura organizacional, na atuação ACM, I.P. 2022 estão consideradas as seguintes Unidades Orgânicas:

O Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes (DRIPMCM) onde se encontra inserido o Núcleo de Relações Internacionais (NRI);

O Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade onde se encontram o Núcleo de Apoio à Comunidade Cigana (NACI) e o Programa Escolhas (PE);

O Departamento de Apoio e Assistência Migratória, a que está adstrito o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM) e onde se inserem os quatros CNAIM (Porto, Lisboa, Beja e Faro);

Na direta dependência do Conselho Diretivo (CD) considera-se, o Núcleo de Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo (NASACD), o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI), o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), a Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais (EPDI), o Núcleo de Ligação às Associações (NLA), o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR), o Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos (NGARH), a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), o Observatório para as Migrações (OM), o Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG) e a Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF), onde estão inseridos: o Núcleo de Gestão Financeira (NGF), o Núcleo de Gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (NGFAMI) e o Núcleo de Gestão do OI POISE (NG OI POISE);

36

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS
Dirigentes – Direção superior	3	20	60
Dirigentes – Direção Intermédia e Chefes de equipa	18	16	288
Técnico Superior	142	12	1704
Assistente Técnico	23	8	184
Assistente Operacional	5	5	25
Técnico de Informática	1	8	8
Especialista de Informática	2	12	24
Total	194		2293

Quadro 6 – Cálculo de Recursos Humanos em Termos de UERH

Em termos de recrutamento, foi autorizado pela Senhora Secretária de Estado para a Integração de Migrantes, Dra. Cláudia Pereira, o alargamento do mapa de pessoal do ACM, I.P., para o ano de 2022 em mais 16 técnicos superiores, perfazendo um mapa, para o ano em referência, composto por 194 funcionários, incluindo: dois dirigentes superiores, um fiscal único, três dirigentes intermédios de 1º grau, quatro equiparados a dirigentes intermédios de 1º grau, dez dirigentes intermédios de 2º grau, um equiparado a dirigente intermédio de 2º grau,

cento e quarenta e dois técnicos superiores, dois especialistas de informática, um técnico de informática, vinte e três assistentes técnicos, e cinco assistentes operacionais.

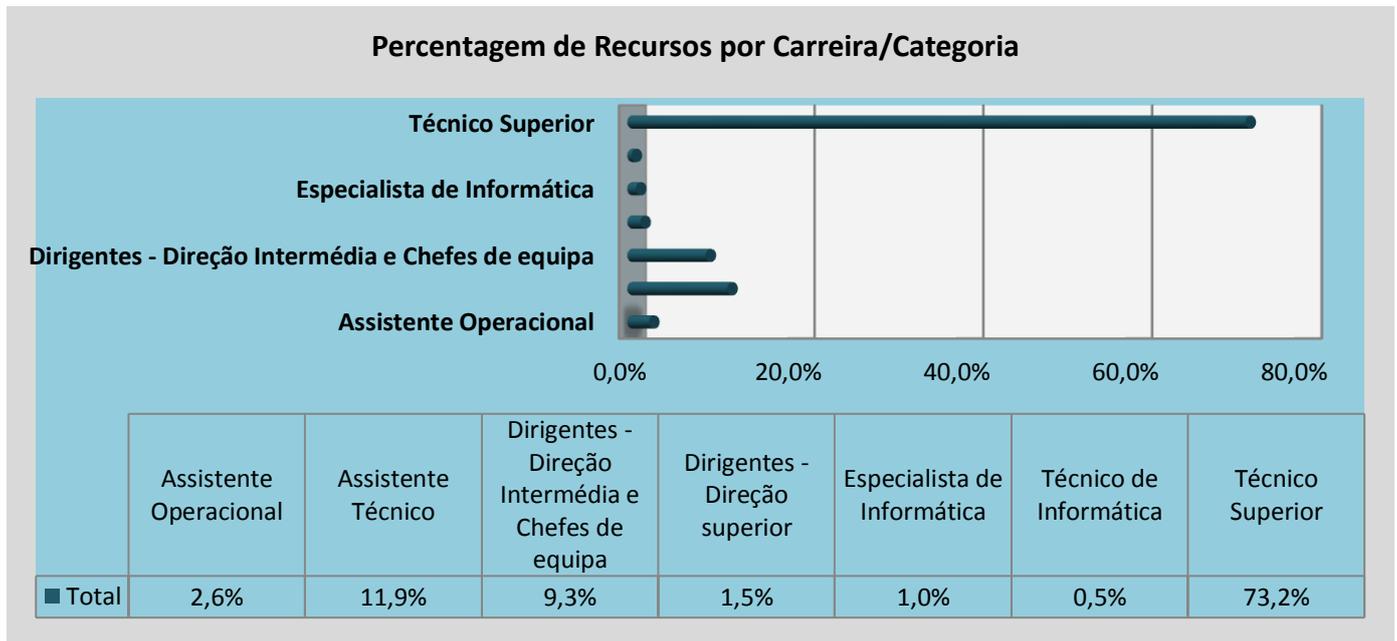


Gráfico 1 – Recursos por Carreira/Categoria - 2022

A estrutura humana representada no gráfico 1, reforçam o que tem sido a realidade do ACM, I.P., nos últimos anos, nomeadamente no que toca ao elevado nível de tecnicidade dos efetivos, com a carreira de Técnico Superior a representar 73% dos/as trabalhadores/as em exercício no organismo.

Mantendo o ideal de uma intervenção na proximidade, em 2020, o ACM, I.P., dará continuidade aos 30 Protocolos de Cooperação estabelecidos com as Associações da Sociedade Civil que permitem a colaboração de mediadores socioculturais como parte integrante da estrutura de resposta nas várias valências do Organismo, com prioridade para o atendimento nos CNAIM.

Recursos Financeiros

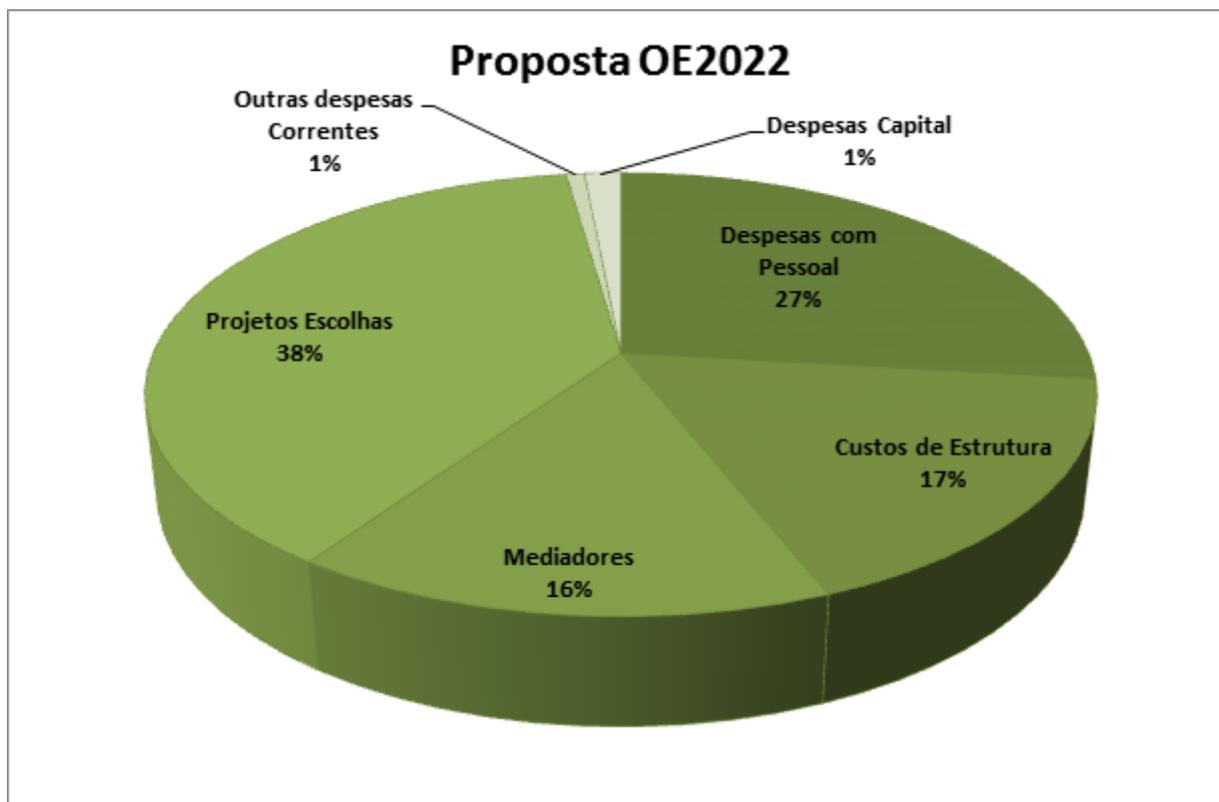


Gráfico 2 – Proposta OE 2022

38

Na esfera financeira, para o ano de 2022, a dotação inicial do orçamento do ACM, I.P., constante da proposta de Orçamento de Estado, é de 19.401.126 €.

A ação do ACM, I.P. é financiada por esforço financeiro nacional (30%), Financiamento da UE (55%), e por Transferências entre organismos afeta e não afeta a projetos cofinanciados (15%). No que respeita a classificação económica de despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 54% do total, e inclui, 7.414.618€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (17%) despesas com o pessoal (27%).

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS
Orçamento Atividades (Orçamento de funcionamento)	19.401.126,00 €
Despesas c/Pessoal 01	5.212.159,00 €
Aquisições de Bens e Serviços 02	3.372.725,00 €
Transferências Correntes 04	10.431.228 €
Outras despesas 03+06+07	385.014,00 €
Orçamento Projetos (PIDDAC)	0 €
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	19.401.126,00 €

Quadro 7 - Orçamento Planeado ACM, I.P. 2022

VI. PLANO DE FORMAÇÃO

“A preparação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas ao serviço do desenvolvimento económico sustentável e da coesão social exige uma Administração Pública dinâmica, eficiente, inovadora, motivada e centrada nas efetivas necessidades dos cidadãos e agentes económicos. Para tanto é fundamental fazer diagnósticos rigorosos, definir prioridades e gerir de forma eficiente os recursos disponíveis, criando sinergias e potenciando a capacidade de transformação existente na sociedade.

Os recursos humanos são o ativo mais precioso de qualquer organização e a sua qualidade é determinante para o sucesso das políticas públicas.”

Decreto-Lei 86-A/2016 de 29 de dezembro

Conforme disposto nos vários instrumentos legais que regem a formação profissional na Administração Pública, esta matéria tem assumido uma crescente importância na atuação das instituições e organismos, na medida em que permite a valorização e adequação das competências dos/as trabalhadores/as e uma consequente melhoria no desempenho dos serviços.

Ao longo dos ciclos de gestão, o ACM, I.P., tem procurado não apenas suprir as necessidades formativas identificadas no universo organizacional da instituição, mas também aperfeiçoar as metodologias de aferição de necessidades, as estratégias de identificação e aquisição de serviços e as ferramentas de monitorização e avaliação da formação profissional.

Para 2022, conforme poderá ser aferido no anexo IV deste documento (Plano de Formação ACM, I.P. 2022) o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., comprometer-se-á, perante a sua missão, as diretrizes governativas nesta matéria e os objetivos definidos em sede de Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), a investir mais e melhor no seu planeamento formativo e na sua implementação, com a constituição de parcerias com entidades externas cujo âmbito de intervenção seja direcionado para as temáticas de atuação do ACM, I.P., com a promoção da formação à distância, presencial e mista bem como da formação à medida, com a aquisição de serviços de formação que coadunem com os princípios da modernização administrativa e o contexto de trabalho em funções públicas e ainda com a formação interna ministrada por ativos, unidades e equipas do próprio organismo.

Este Instituto irá igualmente, persistir no objetivo de melhorar os processos de avaliação das formações frequentadas, olhando para a necessidade de enquadrar a opinião e posição dos trabalhadores deste organismo, nos futuros investimentos a ter.

VII. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No que concerne às medidas de modernização administrativa, o ACM, I.P. tem vindo a implementar projetos a nível de tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo de incorporar ferramentas adequadas para fazer face tanto às necessidades administrativas e internas, bem como ao cumprimento da sua missão junto dos públicos-alvo e parceiros. Neste sentido, o ACM, I.P. propõe para o ano de 2022 a implementação dos seguintes projetos:

I. SAMA 2020 – Projeto Migrações 2022

Em 2020 o ACM, I.P. apresentou a candidatura ao Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SAMA 2020), apresentando o projeto “Migrações 2022” com o objetivo de adquirir ferramentas que permitem incrementar e melhorar os serviços prestados ao seu público-alvo.

O projeto teve decisão favorável em 20-10-2020, estando, atualmente, na fase inicial de implementação.

Este projeto conta com um investimento global de 607.794,06€, sendo o financiamento comunitário de 56.95% (346.138,72 €) e a comparticipação nacional de 43.05% (261.655,34 €). Do investimento global, 516.000,00 € corresponde ao valor afeto às atividades e 91.794,00 € corresponde ao valor afeto aos recursos humanos.

O projeto Migrações 2022 engloba 7 atividades conforme descritas de seguida:

Atividade 1 – Serviço de consultoria de desenho de processo

Esta atividade permite estruturar em maior detalhe funcional e técnico o conceito “Migrações 2022” para criar uma visão alinhada sobre os detalhes do conceito entre os decisores e utilizadores principais destas novas ferramentas no ACM, I.P.

▪ Objetivos:

- ✓ Entendimento dos processos atuais de gestão de projetos, de atendimento (4 tipos diferentes), de formação, e de tramitação de documentos internos para identificar oportunidades e modelos de execução destes processos remotamente;
- ✓ Levantamento de necessidades de *upgrade*/aquisição de sistemas informáticos para permitir a prestação dos processos referidos no ponto anterior em modo remoto/digital;
- ✓ Identificação de oportunidades de melhoria dos processos e sistemas atuais;
- ✓ Análise dos 4 *websites* atuais do ACM, I.P. (sites www.acm.gov.pt; www.om.acm.gov.pt; www.obcig.acm.gov.pt e www.programaescolhas.pt) com objetivo de propor a consolidação dos mesmos num só site mantendo a navegação, e construção de protótipo de alto nível da consolidação dos referidos sites.

Atividade 2 - Novo Website e APP

Pretende-se uma reestruturação do *website* do ACM, I.P., para unificar debaixo de um formato comum o ACM, I.P. e os seus programas principais – Observatório OBCIG; o Observatório das Migrações e o Programa Escolhas – que até agora eram acedidos através de domínio próprio. Se, por um lado em termos comunicacionais manter os micro-sites reveste os temas de uma maior importância simbólica, que o domínio dedicado lhe confere, por outro lado os próprios temas vêm-se excluídos de uma lógica mais orgânica na navegação e acesso a partir do *website* principal do ACM, I.P., com prejuízo para a população-alvo que se pretende que aceda a estes programas.

Pretende-se assim repensar formas de integração e melhoria das várias temáticas ACM, I.P., numa só plataforma web, de gestão dinâmica e autónoma, não invalidando a continuidade dos domínios próprios em vigor, numa lógica de apontadores.

Esta integração dos *websites* bem como as novas funcionalidades – de formação *online*, de submissão de formulários, de atendimento por videoconferência, etc. – exigem uma revisão completa da arquitetura de informação tanto do website existente como da APP.

- Objetivo:
 - ✓ Reestruturar a presença *online* do ACM, I.P., com a unificação dos 4 *websites* e atualização da APP em linha com a nova arquitetura de informação

Atividade 3 – Gestão remota de projetos

Esta atividade permitirá criar um modelo de acompanhamento de projetos remotamente. O acompanhamento presencial exige tempo e recursos despendidos em viagens que penalizam particularmente as equipas que fazem o acompanhamento. Com cerca de 110 projetos e quase 600 deslocações para acompanhamento dos mesmos ao longo do país, pretende-se reduzir o volume total de deslocações presenciais (apenas 1 ou 2 no máximo por projeto) substituindo-as por acompanhamento remoto e desta forma aumentar significativamente a capacidade de acompanhar projetos.

O acompanhamento remoto necessitará de meios de videoconferência (a providenciar pela atividade 4), de um modelo dinâmico de gestão documental de projeto, de um modo centralizado de troca de mensagens (fóruns de projeto), troca de meios audiovisuais de projeto (vídeo e imagens), gestão simples de tarefas de projeto, com calendarização e atribuição de responsáveis.

- Objetivos
 - ✓ Aumentar a capacidade de acompanhamento de projetos com os recursos humanos atuais
 - ✓ Melhorar a qualidade do acompanhamento atual, por haver repositórios únicos para os projetos
 - ✓ Criar modelos internos padronizados de acompanhamento dos vários tipos de projeto para facilitar a gestão e a rotação de pessoas entre projetos como a consolidação do *know-how*

Atividade 4 – Serviços de desenvolvimento de formação e atendimento remotos – CNAIM Virtual

Esta atividade pretende capacitar o ACM, I.P., na utilização de videoconferência tanto no atendimento como na formação. No decorrer da atividade 1, entendeu-se que a melhor descrição para esta atividade seria “**CNAIM Virtual**”, que se pretende que seja um sistema único de gestão de atendimentos dos migrantes nos CNAIM e CLAIM, integrando também a componente de gestão da formação.

Este projecto integra um conjunto de medidas, algumas delas digitais, tais como o Centro de Contacto Inclusivo e o E-learning migrações. Duas destas medidas foram adotadas com medidas SIMPLEX 2020/2021, por promoverem a aproximação e melhorarem o contacto dos imigrantes com os serviços públicos, facilitando o acesso aos serviços e tirando partido da tecnologia digital.

Estas duas medidas SIMPLEX, encontram-se em implementação, prevendo-se a sua conclusão em dezembro de 2021.

O Centro de Contacto Inclusivo, consiste num canal interativo por videochamada mais acessível e personalizado para apoio aos migrantes na utilização dos serviços prestados pelos CNAIM, que visa também apoiar os CLAIM e as Associações de imigrantes, através de atendimentos especializados efetuados através de plataforma digital, por videochamada. Prevê-se com esta medida, que seja possível o acesso a todos os serviços dos CNAIM ao nível nacional, sem que os imigrantes se tenham de deslocar aos grandes Centros. Prevendo-se ainda uma resposta mais imediata às várias solicitações, assim como o menor tempo de espera para atendimento.

Este serviço terá também como prioridade a disponibilização das várias respostas do ACM, I.P., por videochamada, tais como o STT e os serviços da Linha de Apoio a Migrantes.

Outra das medidas SIMPLEX, **E-learning migrações**, será a disponibilização *online* de conteúdos pedagógicos e interativos complementares à oferta de formação presencial, nas áreas de educação intercultural, diálogo intercultural e inter-religioso, interculturalidade, e eventualmente abrangendo também as aulas de português online, reforçando o processo de integração e inclusão. Este projeto envolve os vários parceiros do ACM, I.P., designadamente os CLAIM e Projetos Escolhas, pretendendo disseminar a nível nacional a formação e ações de sensibilização, constituindo-se como base de boas práticas de apoio à integração e ao acolhimento da população migrante.

▪ Objetivos

- ✓ Sistema único de gestão de atendimentos;
- ✓ Introduzir o modo de atendimento por videoconferência;
- ✓ Divulgação *online* do catálogo de formação disponível;
- ✓ Captação de novos formadores;
- ✓ Gestão do processo de solicitação de ações de formação;
- ✓ Capacidade de prestação de formações *online* em tempo real;
- ✓ Capacidade de prestação *online* de formações previamente gravadas;
- ✓ Gerir entidades solicitantes e formadores;

Atividade 5 – Implementação do sistema de gestão documental

Esta atividade visa dotar o ACM, I.P., de um sistema de gestão documental para os seus processos administrativos, em linha com as boas práticas de gestão e com o que é corrente na Administração Pública. Os processos de atendimento têm já um módulo simplista de gestão documental, suficiente para as necessidades do atendimento no formato atual. Atualmente, os ficheiros são guardados em diferentes pastas de redes, com problemas frequentes de gestão de acessos e de gestão de versões.

- Objetivos
 - ✓ Introduzir uma solução de gestão documental para os processos administrativos do ACM, I.P.

Atividade 6 – Aquisição de equipamentos

Esta atividade visa dotar os postos de atendimento dos CNAIM e dos CLAIM com equipamentos digitalizadores de mesa, *webcams* e microfones para assegurar o atendimento por videoconferência. Estima-se que cerca de 60 postos (no universo total dos 4 CNAIM e 131 CLAIM) precisem deste reforço de meios técnicos para poderem assegurar este modo de atendimento.

- Objetivos
 - ✓ Capacitar os postos de trabalho para atendimento em modo videoconferência
 - ✓ Preparar sala de gravação de formações

Atividade 7 – Plano de comunicação

Esta atividade permite preparar internamente a mudança na organização e os utilizadores das tecnologias a introduzir, envolver os CLAIM no processo de mudança, envolver outros *stakeholders* e comunicar resultados do projeto Migrações 2022.

- Objetivos
 - ✓ Envolver os *stakeholders* internos no entendimento da iniciativa Migrações 2022
 - ✓ Envolver os *stakeholders* externos diretamente ligados à iniciativa, com destaque para os CLAIM
 - ✓ Divulgar os resultados anuais de impactos da iniciativa Migrações 2022
 - ✓ Avaliar os impactos dos vários projetos
 - ✓ Comunicar aos utentes do ACM, I.P., a disponibilidade das novas soluções e como as utilizar, em particular a formação *online*, o atendimento por videoconferência e as funcionalidades disponíveis no novo website e APP

O projeto Migrações 2022 está atualmente com duas atividades a decorrer. Atividade 1 – Levantamento de requisitos para o desenho do processo de negócio, que é uma atividade transversal a todas as outras e a Atividade 4 – CNAIM Virtual, que se encontra no processo de adjudicação. Prevê-se que em 2022 sejam concretizadas todas as atividades do projeto.

II. **Novo Sistema Informático de Processamento de Salário** – o sistema de processamento de salário utilizado atualmente pelo ACM, I.P., encontra-se obsoleto, não cumprindo com os padrões atuais obrigando a um trabalho manual adicional todos os meses, uma vez que este não está integrado com o sistema de gestão de assiduidade. Esta aquisição irá permitir um melhoramento significativo tanto no tempo gasto pelos recursos humanos no processamento de salário e atividades conexas, bem como na qualidade dos documentos produzidos permitindo uma melhor entendimento e análise.

III. **Aquisição da Microsoft 365 (M365)** – a ferramenta Microsoft 365, onde está incluída a Licença para o Windows 10 e Office 365 irá trazer inúmeras vantagens para o ACM, I.P. Desde logo, com a atualização do Sistema Operativo e Office, que já se encontram obsoletos e assim dar melhor garantia de segurança. Irá ser uma mudança de paradigma a nível da forma de trabalhar e comunicar, dando primazia ao trabalho colaborativo e à distância.

Com esta aquisição prevê-se que todas as contas de *e-mail* e respetivo histórico, pastas pessoais e partilhadas sejam migradas para o serviço na nuvem da Microsoft (*Exchange, Onedrive e Sharepoint*).

A título de exemplo elencam-se algumas das ferramentas a disponibilizar com a M365:

- Windows 10 *Enterprise*;
- Exchange – gestão de *e-mail* e calendários;
- Teams – para videoconferências (reuniões, formações, fóruns);
- OneDrive – gestão e partilha de ficheiros;
- SharePoint – partilha, gestão de conteúdos e trabalho colaborativo;
- Aplicações do Office Mobile – *apps office* para dispositivos móveis;
- Office Online – versão *online* do office;
- Outras ferramentas de gestão e administração;

Esta aquisição implica a substituição de cerca de 120 computadores antigos por computadores com características necessárias para obter o melhor funcionamento e desempenho do Windows 10. Neste sentido, o ACM, I.P., providenciou a compra destes equipamentos junto da PCM que prevê a conclusão do processo até à primeira quinzena de novembro de 2021. Paralelamente, está a decorrer o processo de aquisição do M365 e espera-se que a atualização dos postos de trabalho ocorra logo no início ao ano de 2022.

IV. **Atualização da Plataforma de gestão de candidaturas do PAAI (Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante)** – a Plataforma SIGAF Candidaturas que faz a gestão de candidaturas do PAAI foi implementada em 2014 com o objetivo de gerir as candidaturas de todos os fundos de financiamento sob a responsabilidade do ACM, I.P e posteriormente adaptado para, também, suportar as candidaturas do PAAI e recolha de informação para o processo de reconhecimento das associações de imigrantes. Atualmente, esta

Plataforma serve apenas o PAAI e dado à sua antiguidade e, também, o facto de ter sido desenhado originalmente para a gestão de candidaturas de outros âmbitos, necessitando de atualização para melhor servir o propósito atual, com maior segurança e conformidade com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

VIII. COMUNICAÇÃO

Em 2022, o ACM, I.P., continuará a orientar a ação que desenvolve em matéria de comunicação pela máxima “Comunicar, Informar, Sensibilizar”, no sentido de valorizar e potenciar o acolhimento, a integração e a diversidade entre culturas, etnias e religiões, enquanto riqueza e verdadeiro ativo da sociedade portuguesa, em prol de uma sociedade mais diversa e integradora.

Comunicar o trabalho desenvolvido pelo Instituto, pelos Conselhos e Equipas de Projeto; pelos parceiros, públicos e privados, nacionais e internacionais, e da sociedade civil.

Informar, em particular, as pessoas migrantes, descendentes, refugiadas e portuguesas ciganas sobre os seus direitos e deveres; e partilhar informação com a sociedade em geral.

Sensibilizar todas e todos para a importância do acolhimento, da integração e da diversidade entre culturas, etnias e religiões, e dos diálogos intercultural e inter-religioso, numa promoção constante da igualdade e acautelando sempre qualquer forma de discriminação.

Para tal, o ACM, I.P., continuará tanto a produzir e disseminar quanto a diligenciar a produção e disseminação de conteúdos, materiais e ferramentas informativos, de comunicação e de sensibilização, nos formatos digital e impresso, fundados na sua missão e atribuições, e destinados aos seus diferentes públicos-alvo, entidades parceiras, nacionais e internacionais, e demais públicos com interesse nas áreas de ação e outras conexas do Instituto.

Mais ainda, o ACM, I.P., deverá fazê-lo com uma maior aposta no multimédia e nos meios, canais e redes digitais do Instituto, que deverá reestruturar e/ou renovar, tendo em vista uma comunicação una, interativa, articulada e integrada.

Considerando o contexto atual de incerteza e de novos desafios, o ACM, I.P., estima continuar a realizá-lo também com um foco particular na pandemia da doença COVID-19, na sua prevenção e mitigação, e em outras áreas que venham a revelar-se prioritárias, nomeadamente através do trabalho conjunto com os vários ministérios, autoridades e entidades da administração pública, assim como com os organismos da sociedade civil, especialmente associações (de pessoas imigrantes, refugiadas e das populações portuguesas ciganas) e organizações não-governamentais.

Já para promover a diversidade e a disseminação de boas-práticas nos media e junto de profissionais de comunicação e jornalismo, o ACM, I.P., prevê retomar a realização do concurso anual Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” e de ações de literacia para os media, por meios próprios e/ou em parceria, por exemplo, com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e o Sindicato dos Jornalistas (SJ).

Perante os desafios e oportunidades da atualidade, o ACM, I.P., estima igualmente renovar e estender aquelas sinergias a outras entidades competentes nas áreas da comunicação e/ou do jornalismo para, sobretudo, incentivar o trabalho conjunto na sensibilização pública sobre migração, integração e diversidade, e na promoção da igualdade.

No mesmo sentido, o ACM, I.P., prevê realizar campanhas e ações de comunicação fundadas num propósito, em emoções, afetos e valores comuns, que apelem à mobilização coletiva, que promovam histórias inspiradas e inspiradoras na primeira pessoa, e que tenham como atores principais pessoas migrantes, refugiadas, portuguesas ciganas e afrodescendentes.

IX. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Conforme previsto no n.º 2 do Art.º 7 da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, que estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à sua distribuição em território nacional, através dos órgãos de comunicação social locais e regionais, cumpre informar sobre as iniciativas de publicidade institucional que o ACM, I.P., pretende levar a efeito, nos termos definidos na regulamentação aplicável.

46

Para o ano de 2022, o ACM, I.P., prevê a realização de campanhas e/ou ações de publicidade institucional nacionais e/ou com especial incidência nas regiões Norte, Centro e Alentejo, mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários em meios de comunicação social, com o objetivo de promover e de difundir mensagens relacionadas e compreendidas nas competências e áreas de atuação do Instituto, nomeadamente: a promoção da integração de pessoas imigrantes, refugiadas e grupos étnicos, em particular das populações portuguesas ciganas; a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões; assim como, a sensibilização e o combate à discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem ou religião.

Já por forma a cumprir com as obrigações de publicitação do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), a que o Instituto está sujeito enquanto Autoridade Delegada, e com as disposições legais consagradas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, e sucessivas alterações, o ACM, I.P., prevê também a aquisição de espaços publicitários para publicitação/inserção de vários anúncios, nomeadamente de Avisos do FAMI e de procedimentos concursais para cargos dirigentes, num órgão de imprensa de expansão nacional.

Em 2022, o ACM, I.P., de forma autónoma ou em conjunto com outras entidades, estima ainda vir a promover e/ou colaborar na disseminação de diversas campanhas de âmbito nacional, versando sobre as temáticas antes referidas, ou conexas, e dirigidas a diferentes populações-alvo.

Presumimos que, ao longo de 2022, estas campanhas possam ser difundidas nos meios do ACM, I.P., nomeadamente, na página Web e redes sociais do Instituto, e/ou de outras entidades parceiras. Mais ainda, no âmbito da participação do ACM, I.P., em meios de comunicação social, iniciativas institucionais, empresariais, entre outras, antecipamos que os materiais destas campanhas possam ser divulgados, caso haja espaço e abertura para essa ação.

X. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ESTIMATIVA | CONTRATAÇÃO PÚBLICA - 2022

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR TOTAL c/IVA
RECURSOS HUMANOS	GPA	35.658,98
	Assessoria Jurídica protocolos – Inês Reis	30.271,43
	Contrato <i>Outsourcing</i> – NGF – Kelly	28.229,68
	Concurso Internacional – FAMI	223.258,73
	Contrato <i>Outsourcing</i> – GECL – Egor	26.528,59
	Concurso Internacional - FSE	255.490,43
	Contrato <i>Outsourcing</i> – GTIC – Egor	32.245,43
PE - FORMAÇÃO	Logframe	11.891,94
	Regularização das comunicações	33.347,78
	Linha telefónica para central alarme-Pt	147,45
	Linha telefónica para multibanco-Pt	147,45
	Linha SOS imigrante – MEO	6.772,48
	NGARH – Aquisição serviços comunicações móveis, âmbito “Acordo Quadro Serviços Fixos Comunicações-2019” ESPAP, período 2020 a 2023	38.228,40
	Protocolo AMA	63.000,00
CORREIOS	CTT	15.150,00

IMPRESSÃO	Contrato 34 meses – Beltrão	16.511,52
	Excedente de cópias	2.948,88
MANUTENÇÃO - INFORMÁTICA	Ano Gov	922,50
	ESPAP – GERFIP	37.884,00
	Alojamento Externo – Imagetic	596,55
	Alojamento Externo – OVH	737,85
	Alojamento base dados Rede GIP, base dados registo atendimentos CLAIM – WebSP	54,00
	Aquisição serviços Datacenter Virtual (DCV) portal refugiados.gov.pt – IP TELECOM	984,00
	Aquisição de serviços do domínio da Plataforma 50/50 – Torke Stunt	18,08
	PE – Aquisição serviços para desenvolvimento, implementação plataforma informática baseada na Internet para gestão técnica e gestão financeira e administrativa de projetos, âmbito 8.ª geração Programa Escolhas, bem como sua manutenção e suporte.	8.584,00
Assistência relógio ponto – Projecttime	1.168,50	
ENCARGOS COM INSTALAÇÕES	CNAI Pto – CMPEA-Emp. Aguas Município Porto	2.790,21
	CNAI Lx – EPAL	7.000,00
	CNAI Lx – EPAL (sem cofinanciamento)	3.000,00
	Fundão – Aquafundalia – PE	1.200,00
	JET COOLER – Bebedouros (CNAI`s)+garrações água	2.871,44
	Lisboa, Porto e Fundão	51.045,00
VIATURAS	GALP – Combustíveis carros de serviço	30.749,63
	Viatura AC (Guérin)	10.184,40

	Europcar	5.535,00
	Encargos Gerais – Aquisição Serviços Aluguer Operacional Veículo (AOV)- Pedido Contratação ESPAP 5633 e 5634, AQ-AOV 2 viaturas, tipologia Segmento Inferior, Lote 10, e Segmento Inferior Elétrico, Lote 13, período 48 meses, para 180.000 Kms Lote 10 e 40.000 Kms Lote 13.	12.250,80
	Encargos Gerais – Aquisição Serviços Aluguer Operacional Veículo (AOV)- Pedido Contratação ESPAP 4752, AQ-AOV de 1 viatura, tipologia Médio Inferior Híbrido, Lote 16, período 48 meses, 180.000 Kms de 2020-2024. Antigo processo ID: 4171585 - NPD: 5893001271 de 01/03/2016	9.741,60
	SGALD Automotive – PE	7.636,22
OUTROS SERVIÇOS	CTM – Serviços de Mudanças	8.283,77
AR CONDICIONADO	CNAI Lx – ar condicionado – RCA – manutenção	1.402,20
	CNAI Lx – ar condicionado – RCA – Aluguer 2 ar condicionado	856,08
	CNAI Lx – ar condicionado – RCA – Aluguer 4 ar condicionado	7.583,10
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	PRESTIBEL – CNAI Lx – serviços de segurança	185.435,49
	PRESTIBEL – CNAI Porto – serviços de segurança	57.973,15
	PSP	21.929,97
LIMPEZA E HIGIENE	Interlimpe – CNAI – Lx – Limpeza	50.460,45
	Interlimpe – Angelina Vidal – limpeza	9.596,66
	Interlimpe – CNAI – Pto – Limpeza	22.434,31
	Higiene Plus – sanitazer, fraldários, ambientadores	4.073,76
	RENTOKIL – CNAI Lx – Desinfestação	2.334,54
	RENTOKIL – CNAI Pto – Desinfestação	710,94
CONSUMÍVEIS	Café	150,00

	PRODYALCA – Papel Higienico / Toalhas	14.194,82
	OLMAR – Economato	9.589,71
	100 % Office – Papel copia	7.164,57
	Água	200,00
RENDAS	ESTAMO – CNAI – Lx	273.433,65
	FUNDIESTAMO – Ang. Vidal	154.131,16
	FUNDIESTAMO – Condomínio	42.000,00
	Real Vida Seguros	71.710,19
	Condomínio do Centro Empresarial Capitólio	3.221,40
	AMA – Ext CNAI Faro	27.062,80
	Instalações Lisboa – Incremento	135.980,89
	Acervo Documental	11.680,00
COMUNICAÇÕES	AMA – Ext CNAI Faro – Comunicações	1.476,00
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	Deslocações e Estadas – ACM, I.P.	145.000,00
GESTÃO CORRENTE	Fundo Maneio	10.000,00
	Jornais	1.476,00
	Drogaria	650,00
	SAFETY ÁGUEDA – manutenção extintores	396,04
	Alartécnica – plataforma elevatória CNAIM	209,10

	Serviços de refeições, <i>coffe-break</i> e <i>catering</i>	7.500,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	Mobiliário	200.000,00
MATERIAL INFORMÁTICA	Equipamento Informático – Agregação PCM	63.468,02
TOTAL		2.568.551,72

Figura 1 – Previsão de Procedimentos de Contratação Pública – 2022

ANEXOS

- I. QUAR 2022
- II. Mapa de pessoal 2022
- III. Orçamento 2022
- IV. Plano de Formação 2022

Ciclo de Gestão:	2022
Designação do Serviço/Organismo:	Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
Tutela(s):	Presidência do Conselho de Ministros
Missão:	Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro

Objetivos Estratégicos (OE)	Meta	Grau de concretização
OE1: ASSEGURAR SERVIÇOS ACESSÍVEIS, HUMANOS, INTEGRADOS, ALIADOS DOS/AS MIGRANTES E CAPAZES DE GERIR A DIVERSIDADE		
OE2: PROMOVER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DAS MIGRAÇÕES E DAS POPULAÇÕES PORTUGUESAS CIGANAS		
OE3: CONSOLIDAR BOAS PRÁTICAS NO CONTROLO DE GESTÃO NAS ÁREAS DOS RECURSOS HUMANOS, DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS		

Objetivos Operacionais (OP)

EFICÁCIA Ponderação: 25%

OE1	OP1: Aproximar o ACM, I.P. dos/as seus/suas destinatários/as.										Peso:	30%
Indicadores	N-3 Resultado	N-2 Resultado	Última Monitorização N-1	Meta N	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.1	Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,I.P.	n.a	1485,00	5700,00	4265,00	1066,00	6398,00	100%				
Grau de Realização do OP1												0%

OE1	OP2: Promover a diversidade cultural										Peso:	70%
Indicadores	N-3 Resultado	N-2 Resultado	Última Monitorização N-1	Meta N	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.2	Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	n.a	12730,00	35500,00	42140,00	10535,00	63210,00	40%				
Ind.3	Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades portuguesas ciganas	100,00	100,00	100,00	80%	10,0%	100%	60%				
Grau de Realização do OP2												0%

EFICIÊNCIA Ponderação: 10%

OE2	OP3: Garantir a boa gestão e execução dos recursos										Peso:	100%
Indicadores	N-3 Resultado	N-2 Resultado	Última Monitorização N-1	Meta N	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4	Prazo de pagamento a fornecedores (em dias corridos)	n.a	n.a	35,00	35,00	9,00	17,00	30%				
Ind.5	Prazo de pagamento a projetos (em dias corridos)	n.a	n.a	10,00	10,00	2,50	5,00	30%				
Ind.6	Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail (em dias úteis)	n.a	15,00	5,00	5,00	1,00	3,00	40%				
Grau de Realização do OP3												0%

QUALIDADE Ponderação: 65%

OE3	OP4: Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público alvo.										Peso:	20%
Indicadores	N-3 Resultado	N-2 Resultado	Última Monitorização N-1	Meta N	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7	Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIM	8,00	7,00	7,00	7,00	2,00	3,00	50%				
Ind.8	Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)	n.a	5,00	5,00	5,00	1,15	2,30	50%				
Grau de Realização do OP4												0%

OE3	OP5: Garantir a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as										Peso:	40%
Indicadores	N-3 Resultado	N-2 Resultado	Última Monitorização N-1	Meta N	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.9	Porcentagem de trabalhadores/as a usufruir de modalidades e regimes de horário promotores da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	n.a	n.a	n.a	30,00	7,50	45,00	100%				
Grau de Realização do OP5												0%

OE3	OP6: Promover políticas de segurança e saúde no trabalho										Peso:	40%
Indicadores	N-3 Resultado	N-2 Resultado	Última Monitorização N-1	Meta N	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.10	Implementação do Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho (dias corridos)	n.a	n.a	n.a	274,00	69,00	137,00	100%				
Grau de Realização do OP6												0%

AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR			
Ámbito	Eficácia Ponderação: 25%	Eficiência Ponderação: 10%	Qualidade Ponderação: 65%
Quantitativa	0%		
Qualitativa	Desempenho BOM; SATISFATÓRIO; INSUFICIENTE		

Grau de realização Parâmetros e Objetivos

Objetivos Operacionais	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respectivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final	Grau de realização do objetivo	Grau de realização do objetivo (ponderado)	Classificação	OBJETIVOS MAIS RELEVANTES (nº 1 do art.18º da Lei 668/2007, de 28.12)
EFICÁCIA	0,0%						
OP1	25%	30%	7,5%	0%	0%		
OP2		70%	17,5%	0%	0%		RELEVANTE
EFICIÊNCIA	0,0%						
OP3	10%	100%	10%	0%	0%		
QUALIDADE	0,0%						
OP4	65%	20%	13%	0%	0%		
OP5		40%	26%	0%	0%		RELEVANTE
OP5		40%	26%	0%	0%		RELEVANTE
Total	100%	Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes					70%

RECURSOS HUMANOS										Dias úteis de N	228
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços)	Pontuação efetivos Planeados para N			Pontuação efetivos Executados em N			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP	
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.12.2020	UERHE	Pontuação Executada				
Dirigentes - Direção Superior	20	3	684	60	0	0	0	-3	0%	0%	
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	18	4104	288	0	0	0	-18	0%	0%	
Técnico Superior	12	142	32376	1704	0	0	0	-142	0%	0%	
Especialistas de Informática	12	2	456	24	0	0	0	-2	0%	0%	
Técnicos de Informática	8	1	228	8	0	0	0	-1	0%	0%	
Assistente Técnico	8	23	5244	184	0	0	0	-23	0%	0%	
Assistente Operacional	5	5	1140	25	0	0	0	-5	0%	0%	
Total		194	44.232	2.293	0	0	0	-194	0%	0%	
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:		Efetivos 31.12.2017	Efetivos 31.12.2018	Efetivos 31.12.2019	Efetivos 31.12.2020	Previstos 2021	Efetivos 31.12.2021	Previsto 2022	Efetivos 30.06.2022	Efetivos 30.09.2022	Efetivos 30.12.2022
		26	131	146	143	178	173	194			

RECURSOS FINANCEIROS									
DESIGNAÇÃO	Dotação Inicial	Cativções	Dotação Corrigida	Execução			Saldo	Taxa de execução	
				30.06.n	30.09.n	31.12.n			
Orçamento de Funcionamento (OF)	19.401.126,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0%	
Despesas c/Pessoal	5.212.159,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Aquisições de Bens e Serviços	3.372.725,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Outras despesas correntes	10.431.228,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Despesas de Capital	385.014,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Orçamento de Investimento (OI)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0%	
Despesas c/Pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Aquisições de Bens e Serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Outras despesas correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	
Outros valores	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0%	
Total (OF+OI+OV)	19.401.126,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0%	

Ref.º	Descritivo	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(éis)	Fórmula de cálculo	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
Ind1	Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P.	Equipas de acompanhamento/NGARH.	Somatório dos contactos de acompanhamento efetuados junto das entidades que integram projetos ACM, I.P. São contabilizados como contactos, as reuniões de acompanhamento presenciais ou online, pedidos de relatórios, contactos telefónicos de monitorização e deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou técnico ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito;	Documentos de Registo	Definido por convenção em 125% da meta + tolerância;
Ind2	Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	Equipas de acompanhamento/NGARH.	Ponderação entre o nº de horas de formação/sensibilização e o nº de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização; Por formação e ou sensibilização entendem-se as ações dinamizadas pelo ACM, I.P. ou em parceria, nas modalidades presenciais e virtuais, cuja vocação seja a de qualificar os formandos em termos relevantes para o seu desempenho ou para as matérias inseridas na missão do Orçamento.	Documentos de Registo	Definido por convenção em 125% da meta + tolerância;
Ind3	Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades portuguesas ciganas	Coordenação NACI / Coordenação DRIPMCM/ NGARH	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PINP/IGM e ENICO, sob a responsabilidade do ACM, I.P., com as ações realizadas.	Documentos de Registo	Melhor resultado possível.
Ind4	Prazo de pagamento a fornecedores (em dias corridos)	Coordenação EFAF	Média simples.	Documentos de Registo	Definido por convenção em 75% da meta - tolerância
Ind5	Prazo de pagamento a projetos (em dias corridos)	Coordenação EFAF	Média simples.	Documentos de Registo	Definido por convenção em 75% da meta - tolerância
Ind6	Prazo médio de resposta às solicitações/questiones colocadas por e-mail (em dias úteis)	Coordenação DAAM	Meta calculada através de uma média simples; Para este efeito são contabilizados todos os e-mails recebidos nos endereços: informacoes@acm.gov.pt; cnalinnorte@acm.gov.pt; cnalimlisboa@acm.gov.pt; cnalimalvarde@acm.gov.pt.	Documentos de Registo	Definido por convenção em 75% da meta - tolerância
Ind7	Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIM	Coordenação DAAM	Somatório das reclamações com fundamento da responsabilidade do ACM, I.P. apresentadas online e no livro amarelo; São contabilizadas as reclamações realizadas no livro amarelo e online que tenham fundamento e que sejam relativas a gabinetes da responsabilidade direta.	Livro de Reclamações/e-mail	Definido por convenção em 75% da meta - tolerância
Ind8	Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)	Equipas de acompanhamento	Meta calculada através de uma média simples comparativa; Considera-se o tempo médio de espera de todas as chamadas realizadas para a Linha de Apoio ao Migrante e Serviço de Tradução Telefónica em comparação ao período homólogo.	SIGA	Definido por convenção em 75% da meta - tolerância

Ind9	Porcentagem de trabalhadores/as a usufruir de modalidades e regimes de horário promotores da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	NGARH	Variação percentual entre o número total de trabalhadores em exercício de funções públicas e o número de despachos favoráveis obtidos. Assegurar o despacho favorável a requerimentos para exercício de funções em regimes e modalidades de horário legalmente previstos, favoráveis a uma maior conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as, sempre que assim se configure possível, sem que seja colocado em causa o normal funcionamento Garantir a elaboração, aprovação formal e devida implementação do Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho	Documentos de Registo	Definido por convenção em 125% da meta + tolerância;
Ind10	Implementação do Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho (em meses)	NGARH		Código de Conduta de Prevenção para o Assédio no Trabalho	Definido por convenção em 75% da meta - tolerância

NOTAS EXPLICATIVAS:

#1	<p>Recursos Humanos: Em matéria de recursos humanos foi autorizado pela Senhora Secretária de Estado para a Integração de Migrantes, Dra. Cláudia Pereira, o alargamento do mapa de pessoal do ACM, I.P., para o ano de 2022 em mais 16 técnicos superiores, perfazendo um mapa, para o ano em referência, composto por 194 funcionários, incluindo: dois dirigentes superiores, um fiscal único, três dirigentes intermédios de 1º grau, quatro equiparados a dirigentes intermédios de 1º grau, dez dirigentes intermédios de 2º grau, um equiparado a dirigente intermédio de 2º grau, cento e quarenta e dois técnicos superiores, dois especialistas de informática, um técnico de informática, vinte e três assistentes técnicos, e cinco assistentes operacionais.</p>
#2	<p>Recursos Financeiros: Na esfera financeira, para o ano de 2022, a dotação inicial do orçamento do ACM, I.P., constante da proposta de Orçamento de Estado, é de 19.401.126 €. A ação do ACM, I.P. é financiada por esforço financeiro nacional (30%), Financiamento da UE (55%), e por Transferências entre organismos afeta e não afeta a projetos cofinanciados (15%). No que respeita a classificação económica de despesa destaca-se o agrupamento 04 - Transferências Correntes, que representa 54% do total, e inclui, 7.414.618€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (17%) despesas com o pessoal (27%).</p>

Cláudia
Pereira

Assinado de forma digital
por Cláudia Pereira
Dados: 2021.08.19
22:45:44 +01'00'

José Manuel
Tavares dos Reis

Assinado de forma digital por
José Manuel Tavares dos Reis
Dados: 2021.08.19 20:38:15
+01'00'

Atribuições /Competências /Actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos/Carreiras/Categorias											Nº de postos de trabalho previstos		
		Alto Comissário (1)	Vogal (1)	Fiscal Único (2)	Dirigente Intermédio de 1º Grau	Dirigente Intermédio de 2º Grau	Equiparado a Dirigente Intermédio 1º Grau	Equiparado a Dirigente Intermédio 2º Grau	Técnico Superior	Especialista de Informática	Técnico Informática	Assistente técnico		Assistente Operacional	
Orientar e gerir a atividade do ACM, I.P.; Coordenar e presidir ao Conselho para as Migrações; Coordenar e presidir à Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial	Conselho Diretivo - CD (1)	1	1	1											3
Assegurar o apoio em diversas áreas conexas ao exercício de funções do Conselho Diretivo	Núcleo Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo - NASA-CD (2)					1					2		1	3	7
Apoiar e dinamizar uma articulação de proximidade entre o ACM, IP e as associações representativas de migrantes.	Núcleo de Ligação às Associações - NLA (3)					1					4		1		6
Assegurar a comunicação externa institucional, promoção e publicidade da instituição, e organização de eventos.	Gabinete de Comunicação, Eventos e Informação (GECI) (4)										4		2		6
Assegura a gestão integrada dos Recursos Humanos, Apoio Jurídico, assegura a gestão administrativa das áreas de economato, frota automóvel e tecnologias de Informação e Comunicação	Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos - NGARRH (5)					1					6	2	1	2	13
Órgão especializado no combate à Discriminação Racial	Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - CICDR (6)										6		1		7
Gabinete responsável pela auditoria interna	Gabinete Auditoria Interna - GAI (7)										2				2
o apoio na integração das pessoas refugiadas, incluindo as pessoas com necessidade de proteção internacional recolocadas, reinstaladas e espontâneas.	Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados - NAIR (8)					1					9				10
Gestão e controlo dos fundos europeus integrados no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020; Assegurar o cumprimento das funções de Organismo Intermédio de FSE, e Autoridade Delegada de FAMI; Acompanhamento de PO,ISE e POAT, bem como Gestão Financeira e Orçamental do ACM	Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - EFAF (9)					3	1				20		3		27
Contribui para uma gestão coordenada e integrada dos fluxos migratórios e para o enquadramento estratégico dos perfis migratórios de Portugal	Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes - DRIPMCM (10)				1	1					9				11
	Subtotal														
Defende e promove os direitos e interesses dos imigrantes, seus descendentes e grupos étnicos, de modo a contribuir para a sua plena integração e inserção	Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade - DAIVD (11)				1	1	2				20		1		25
Desenvolve e gere uma rede de âmbito internacional, nacional e local de serviços públicos de integração, atendimento e informação orientada para a satisfação das necessidades dos imigrantes	Departamento de Apoio e Assistência Migratória - DAAM (12)				1	1					55		12	1	70
Estudo e acompanhamento estratégico e científico das migrações, monitorização da integração de migrantes e avaliação de políticas para migrantes em Portugal	Observatório para as Migrações - OM (13)							1			4				5
Desenvolver e implementar políticas de integração de migrantes, pessoas refugiadas e requerentes de asilo sensíveis ao género, com particular atenção às situações em que diferentes desigualdades se cruzam.	Equipa Projetos Desigualdades Interseccionais - EPDI (14)								1		1				2
Total		1	1	1	3	10	4	1		142	2	1	23	5	194

1) art. 4º, al. b) e art. 5º, n.º 1, Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP

2) Núcleo Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo - Deliberação CD nº 220/2021, 02 março

3) NLA - Deliberação n.º 1158/2020

4) GECl - Unidade Orgânica Informal na dependência do CD

5) NGARH - Deliberação n.º 349/2016

6) CICDR - Lei n.º 134/99, 28 agosto; actualizada pela Lei n.º 93/2017, 23 de agosto;

7) GAI - Unidade Orgânica Informal na dependência do CD

8) NAIR - Deliberação n.º 82/2017 de 6 de fevereiro

9) EFAF - Deliberação nº 1243/2016; Dirigente Intermédio 1º grau - Dirigente Intermédio de 2º grau - NGF - Deliberação CD nº 81/2017, de 6 de fevereiro - NG-FAMI - Deliberação n.º 959/2017, de 3 de novembro, Deliberação n.º 294/2021, 25 março

10) DRIPMCM - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º grau - NRI - Deliberação CD nº 1771/2016, de 17/11 - NAIR - Deliberação CD nº 82/2017, de 6/2

11) DAIVD - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; - NACI - Deliberação CD nº 83/2017, de 6/2; Programa Escolhas - Integração no ACM,IP - Resolução CM nº 151/2018, de 22 novembro - Dirigentes Intermédio de 1º grau - Deliberação nº 360/2019, 28 de março

12) DAAM - Deliberação n.º 85/2017, de 6 de fevereiro - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º - NAIM - Deliberação CD nº 85/2017, de 6/2

13) EPDI - Dirigente Intermédio de 2º grau - Deliberação n.º 227/2019, 08 de março

12) OM - Deliberação 1243/2016, 08 de agosto - Dirigente Intermédio de 1º grau

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022
DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DA AC

MAPA AC

Programa: 002 - GOVERNAÇÃO
Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 0 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
Divisão: 03 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL RECEITAS (EM EUROS)	
			RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
001		SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
		Dotação orçamental proveniente de receita de impostos - Atividades	5 738 847								5 738 847
		Total do capítulo	5 738 847								5 738 847
		Total da medida	5 738 847								5 738 847
095		CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO									
		Dotação orçamental proveniente de receita de impostos - Atividades	3 000								3 000
		Total do capítulo	3 000								3 000
		Total da medida	3 000								3 000
		Total das Atividades	5 741 847								5 741 847
		Total do organismo	5 741 847								5 741 847

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022
DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DA AC

MAPA AC

Programa: 002 - GOVERNAÇÃO
Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 0 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
Divisão: 03 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
				RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
001	0130	04	SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL										
			04.03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
			04.03.05	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
			04.03.05.58	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
			04.03.05.58.93	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			04.03.05.58.93	ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, IP	5 593 847								5 593 847
			Total do agrupamento			5 593 847							5 593 847
			08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
			08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
			08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
08.03.06.58	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS												
08.03.06.58.93	ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, IP	145 000								145 000			
Total do agrupamento			145 000							145 000			
Total da medida			5 738 847							5 738 847			
095	0130	04	CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO										
			04.03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
			04.03.05	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
			04.03.05.58	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
			04.03.05.58.93	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			04.03.05.58.93	ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, IP	3 000								3 000
			Total do agrupamento			3 000							3 000
			Total da medida			3 000							3 000
			Total das Atividades			5 741 847							5 741 847
			Total do organismo			5 741 847							5 741 847

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022
DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DA AC

MAPA AC

Programa: 002 - GOVERNAÇÃO
Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
Divisão: 03 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
Subdivisão: 01 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL RECEITAS (EM EUROS)	
			RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
084		SIMPLEX +									
	06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS									
	06.06.03.01	Financiam comunitario em projet cofinanciados									
	06.06.03.01.78	Rec próprias - Financiam comunit em proj cofinanciados						50 000			50 000
		Total do capítulo			64 142				50 000		114 142
	10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:									
	10.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
	10.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS									
	10.06.03.01	Financiam comunitario em projetos cofinanciados									
	10.06.03.01.78	Rec próprias -Financ comunit em proj cofinanc-Seg Social							9 284		9 284
	Total do capítulo							9 284		9 284	
	Total da medida			64 142				59 284		123 426	
095		CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO									
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
	06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
	06.03.01	ESTADO									
	06.03.01.99	Outras									
	06.03.01.99.99	Rec impostos - Adm ctral-Estado-Outras	1 500								1 500
	06.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
	06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS									
	06.06.03.01	Financiam comunitario em projet cofinanciados									
	06.06.03.01.78	Rec próprias - Financiam comunit em proj cofinanciados							5 000		5 000
		Total do capítulo	1 500						5 000		6 500
	10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:									
	10.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
	10.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS									
	10.06.03.01	Financiam comunitario em projetos cofinanciados									
10.06.03.01.78	Rec próprias -Financ comunit em proj cofinanc-Seg Social							2 500		2 500	
	Total do capítulo							2 500		2 500	
	Total da medida	1 500						7 500		9 000	
	Total das Atividades	2 723 172		3 000 285				2 856 394	2 117 104	10 696 955	
	Total do organismo	2 723 172		3 000 285				2 856 394	2 117 104	10 696 955	

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022
DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DA AC

MAPA AC

Programa: 002 - GOVERNAÇÃO
Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
Divisão: 03 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
Subdivisão: 01 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPEZA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
				RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
001			SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
		01	DESPEAS COM O PESSOAL									
		01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES									
	0130	01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS	224 995								224 995
		01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	642 614		1 164 656			862 774		155 853	2 825 897
		01.01.11	REPRESENTAÇÃO	34 203		17 856			7 906		4 689	64 654
		01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	43 287		87 782			61 462		9 581	202 112
		01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL									
		01.01.14.SF	SUBSÍDIO FÉRIAS	60 371		106 813			71 897		12 988	252 069
		01.01.14.SN	SUBSÍDIO NATAL	60 371		106 813			72 513		12 988	252 685
		01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS									
		01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	7 500		12 500			5 000		7 500	32 500
		01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	2 500		5 000			5 003		2 500	15 003
		01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	1 918								1 918
		01.03	SEGURANÇA SOCIAL									
		01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL									
		01.03.05.A0	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL									
		01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	12 107		59 794			4 274		16 362	92 537
		01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	197 209		160 134			221 826		30 905	610 074
		01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL									
		01.03.10.SS	SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	178 936								178 936
			Total do agrupamento	1 466 011		1 721 348			1 312 655		253 366	4 753 380
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
		02.01	AQUISIÇÃO DE BENS									
		02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			7 918			15 144		1 537	24 599
		02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE			8 020			6 175			14 195
		02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO									
		02.01.08.A0	PAPEL			878						878
		02.01.08.C0	OUTROS			4 627						4 627
		02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS			2 253			12 768			15 021
		02.01.21	OUTROS BENS	2 476		3 664			871			7 011
		02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
		02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES									
		02.02.01.A0	AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.			22 097			34 990			57 087
		02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	9 597		94 443			77 832			181 872
		02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS			105			105			210
		02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS									
		02.02.04.B0	ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.	196 131		136 717			136 717			469 565
		02.02.04.C0	OUTROS	5 840		11 240			150 720			167 800
		02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	15 719		11 579			5 345			32 643
		02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	856		17 874			10 295			29 025
		02.02.09	COMUNICAÇÕES									
		02.02.09.C0	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ			3 681			295			3 976
		02.02.09.D0	COMUNICAÇÕES MÓVEIS			30 544			7 072			37 616

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022
DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DA AC

MAPA AC

Programa: 002 - GOVERNAÇÃO
Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
Divisão: 03 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
Subdivisão: 02 - PROGRAMA ESCOLHAS

MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL RECEITAS (EM EUROS)	
			RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
001	06	SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
	06.03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
	06.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
	06.03.01.99	ESTADO									
	06.03.01.99.99	Outras									
	06.03.01.99.99	Rec impostos - Adm ctral-Estado-Outras	2 922 175								2 922 175
	06.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
	06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS									
	06.06.03.01	Financiam comunitario em projet cofinanciados									
	06.06.03.01.78	Rec próprias - Financiam comunit em proj cofinanciados						5 685 496			5 685 496
		Total do capítulo	2 922 175					5 685 496			8 607 671
	10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:									
	10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
	10.03.01	ESTADO									
	10.03.01.01	Estado									
	10.03.01.01.99	Rec impostos - Estado	95 000								95 000
		Total do capítulo	95 000								95 000
17	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS:										
17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA										
17.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA										
17.02.00.01	Outras operacoes de tesouraria										
17.02.00.01.01	Outras operacoes de tesouraria	43 970						88 103		132 073	
	Total das operações extra-orçamentais	43 970						88 103		132 073	
	Total da medida	3 017 175						5 685 496		8 702 671	
095		CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO									
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
	06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
	06.03.01	ESTADO									
	06.03.01.99	Outras									
	06.03.01.99.99	Rec impostos - Adm ctral-Estado-Outras	1 500								1 500
		Total do capítulo	1 500								1 500
	Total da medida	1 500								1 500	
	Total das Atividades	3 018 675						5 685 496		8 704 171	
	Total do organismo	3 018 675						5 685 496		8 704 171	

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022
DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DA AC

MAPA AC

Programa: 002 - GOVERNAÇÃO
Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
Divisão: 03 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
Subdivisão: 02 - PROGRAMA ESCOLHAS

MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
				RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
001			SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
		02.02.20.A0.A0	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	2 575						51 000		53 575
		02.02.20.A0.C0	OUTROS	28 585								28 585
		02.02.20.B0	PAGAMENTOS A ESPAP, I.P.							21 651		21 651
		02.02.20.E0	OUTROS	57 486						49 449		106 935
		02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	6 508						51 375		57 883
			Total do agrupamento	188 855						545 424		734 279
		04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
		04.07	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
		04.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	2 530 514						4 884 099		7 414 613
			Total do agrupamento	2 530 514						4 884 099		7 414 613
		07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
		07.01	INVESTIMENTOS									
		07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO									
		07.01.09.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
	07.01.09.B0.B0	OUTROS	95 000								95 000	
		Total do agrupamento	95 000								95 000	
	12	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS										
	12.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA										
	12.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	43 970						88 103		132 073	
		Total das operações extra-orçamentais	43 970						88 103		132 073	
		Total da medida	3 017 175						5 685 496		8 702 671	
095			CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO									
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
		02.01	AQUISIÇÃO DE BENS									
		02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS									
	0130	02.01.09.A0	MEDICAMENTOS DE CEDENCIA HOSPITALAR EXCLUINDO VACINAS	1 500								1 500
			Total do agrupamento	1 500								1 500
		Total da medida	1 500								1 500	
		Total das Atividades	3 018 675						5 685 496		8 704 171	
		Total do organismo	3 018 675						5 685 496		8 704 171	



PLANO DE FORMAÇÃO 2022

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano de Formação 2022 ACM, I.P.

PROPRIEDADE

Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

EDIÇÃO e PAGINAÇÃO

Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos
Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação

CONTACTOS

Rua Álvaro Coutinho n.º 14, 1150-025 Lisboa
Tel: 218106100

acm@acm.gov.pt

DATA DE PUBLICAÇÃO

Novembro 2021

INDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	5
CONCEÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	6
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES FORMATIVAS	7
PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS – 2022	10
FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS.....	15
MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	15
AValiação DAS Ações DE FORMAÇÃO	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
ANEXOS	18

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Objetivos e Estratégias da Formação Profissional	5
Esquema 2 – Fases de conceção do Plano de Formação	6
Gráfico 1 – Necessidades Formativas por Áreas de Formação.....	7
Gráfico 2 – Ações de formação por volume de pedidos (entre 10 e 20)	8
Quadro 1 – Ações de Formação e Previsão de Formandos	9
Quadro 2 – Previsão Plano Formativo 2022	14

NOTA INTRODUTÓRIA

“A preparação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas ao serviço do desenvolvimento económico sustentável e da coesão social exige uma Administração Pública dinâmica, eficiente, inovadora, motivada e centrada nas efetivas necessidades dos cidadãos e agentes económicos. Para tanto é fundamental fazer diagnósticos rigorosos, definir prioridades e gerir de forma eficiente os recursos disponíveis, criando sinergias e potenciando a capacidade de transformação existente na sociedade.

Os recursos humanos são o ativo mais precioso de qualquer organização e a sua qualidade é determinante para o sucesso das políticas públicas.

Decreto-Lei n.º 86-A/2016 de 29 de dezembro

Conforme disposto nos vários instrumentos legais que regem a formação profissional na Administração Pública, esta matéria tem assumido uma crescente importância na atuação das instituições e organismos, na medida em que permite a valorização e adequação das competências dos/as trabalhadores/as e uma consequente melhoria no desempenho dos serviços.

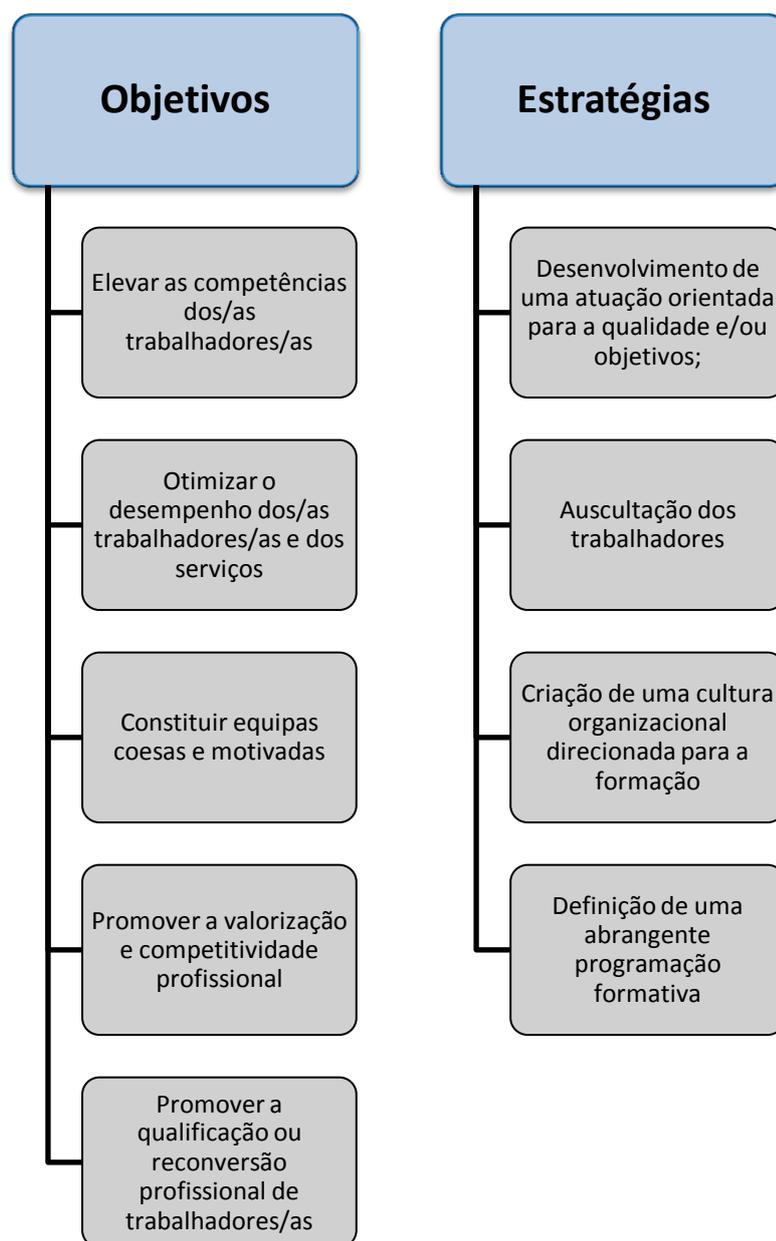
Ao longo dos ciclos de gestão, o ACM, I.P., tem procurado não apenas suprir as necessidades formativas identificadas no universo organizacional da instituição, mas também aperfeiçoar as metodologias de aferição de necessidades, as estratégias de identificação e aquisição de serviços e as ferramentas de monitorização e avaliação da formação profissional.

Para 2022, o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., comprometer-se-á, perante a sua missão, as diretrizes governativas nesta matéria e os objetivos definidos em sede de Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), investir mais e melhor no seu planeamento formativo e na sua implementação, com a constituição de parcerias com entidades externas cujo âmbito de intervenção seja direccionado para as temáticas de atuação do ACM, I.P., com a promoção da formação à distância, presencial e mista bem como da formação à medida, com a aquisição de serviços de formação que se coadunem com os princípios da modernização administrativa e o contexto de trabalho em funções públicas e ainda com a formação interna ministrada por ativos, unidades e equipas do próprio organismo.

Iremos, igualmente, persistir no objectivo de melhorar os processos de avaliação das formações frequentadas olhando para a necessidade de enquadrar a opinião e posição dos trabalhadores deste organismo, nos futuros investimentos a ter.

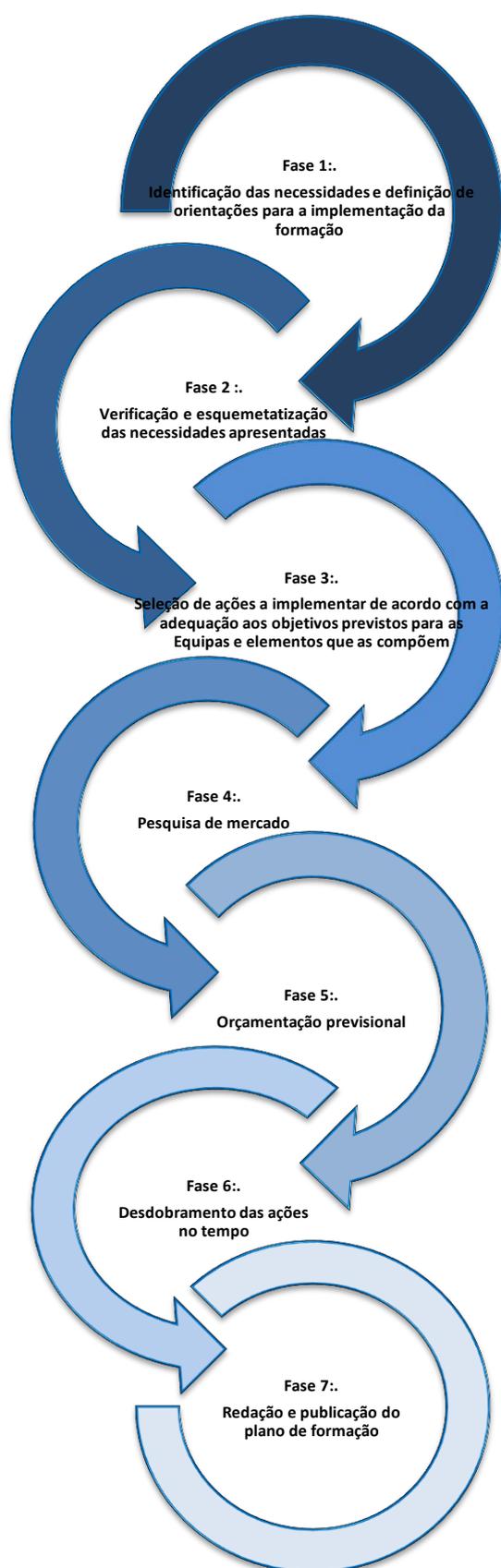
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nos atuais contextos profissionais e pessoais a aprendizagem e o conhecimento são uma necessidade e uma condição para uma atuação competitiva, tanto dos indivíduos, como das organizações. A Formação Profissional representa, simultaneamente, uma oportunidade para os/as trabalhadores e um investimento para as organizações, na medida em que se potencia a capacidade de lidar com as mutações e os desafios, novos e antigos que coexistem entre si.



Esquema 1 – Objetivos e Estratégias da Formação Profissional

CONCEÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL



O cumprimento dos objetivos delineados pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Público com intervenção na área social passa, obrigatoriamente, por uma formação profissional que se pretende de excelência e adaptada às necessidades sentidas pelos/as clientes e trabalhadores/as, pelos serviços e chefias, bem como pelos parceiros diretos e/ou indiretos.

Assim, para a construção do Plano de Formação são tidos em linha de conta procedimentos pré-estabelecidos, que permitirão uma maior fluidez e melhores resultados ao longo do processo de implementação.

Não obstante o ciclo representado no gráfico, o ACM, I.P., encontra-se igualmente preparado para dar resposta às necessidades formativas imprevistas, resultantes de circunstâncias excepcionais, tal como a reestruturação de planeamento, contratação de novos recursos, entre outras.

Esquema 2 – Fases de conceção do Plano de Formação

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES FORMATIVAS

Para uma adequada projecção e planeamento em matéria de formação profissional, importa que, numa primeira fase, sejam auscultados/as trabalhadores/as e dirigentes no sentido de aferir de forma direccionada e objectiva as carências formativas dos recursos humanos em exercício. Este processo, denomina-se Diagnóstico de Necessidades Formativas (DNF) e permite ajustar o que são as ambições formativas dos/as trabalhadores/as às necessidades dos serviços e à oferta do mercado.

No âmbito da construção do Plano de Formação 2022, realizado o DNF, obteve-se um total de 341 manifestações de interesse para frequência em ações de formação.

Em termos de Áreas de Formativas, conforme reflectido no gráfico infra, verifica-se interesse em áreas de formação distintas, com destaque para temáticas no âmbito das TIC, Assuntos Jurídicos, Conhecimento e Formação onde se inserem várias matérias concretamente ligadas à missão do organismo, Assuntos Financeiros e Gestão Organizacional.



Gráfico 1 – Necessidades Formativas por Áreas de Formação

Partindo para uma análise mais pormenorizada, olhando para as preferências identificadas e agrupando-as por volume de pedidos, destacam-se, com um maior número de pedidos, 9 ações específicas que envolveriam um total de 136 participantes, conforme representado no gráfico 2.



Gráfico 2 – Ações de formação por volume de pedidos (entre 10 e 20)

Avaliados os resultados obtidos e verificada a necessidade de ajustar o enorme volume de formações solicitadas ao que são, em primeiro lugar, as carências identificadas pelas chefias e Conselho Diretivo para as respetivas Unidades Orgânicas e, em segundo, as fragilidades que se refletem diretamente no funcionamento dos serviços, entende-se como inadiável o investimento num leque formativo que, ainda que com algumas especificidades e ajustes, se coaduna com as áreas formativas com maior incidência de pedidos e que traduz o foco nas seguintes ações de formação:

Identificação das Ações de Formação	Nº de Formandos Previstos
Atendimento ao Cidadão	8
Edição de Folhas de Cálculo: Nível Avançado	5
Edição de Folhas de Cálculo: Nível Inicial	10
Edição de Folhas de Cálculo: Nível Intermédio	10
Inglês	12
Otimização e Gestão de Dados em Excel	12
Contencioso Administrativo	3
Auditoria Interna	1

Data Scientist - Transformar dados em conhecimento	2
Regime Geral das Contraordenações	5
Assuntos Financeiros e Fundos Comunitários	44
Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo	2
Perceber a contabilização dos ciclos de receita e despesa pública	2
Perceber o Orçamento	2
Mediação Intercultural	45
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	60
Segurança e Saúde no Trabalho	60
SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública	40
Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens	194
Totais	517

Quadro 1 – Ações de Formação e Previsão de Formandos

O investimento formativo em 2022 recairá com maior destaque, de entre outras, em ações de formação que potenciem competências na área das TIC, nomeadamente com ações no âmbito das ferramentas de produtividade, como o Excel, instrumentos de tratamento de dados e processamento de vencimentos, dos Assuntos Jurídicos, tais como, de entre outros, o SIADAP, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) e o Regime Geral de Contraordenações, dos Assuntos Financeiros e Fundos Comunitários, onde se pretende formar, especificamente, recursos júnior em exercício na Equipa de Fundos e Apoio Financeiro nas áreas da Contratação Pública e Gestão de Projetos numa ótica de Fundos Comunitários.

De realçar que relativamente às ações de formação em LGTFP, SIADAP, Segurança e Saúde no Trabalho e, finalmente, Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens, pretende-se o recurso a formação interna a ministrar por efetivos especializados nas respetivas matérias, em exercício no ACM, I.P.

Atendendo à natureza da atuação, à missão e valores do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., destaca-se ainda o especial interesse gestor na submissão de um total de 44 trabalhadores/as em exercício de funções que envolve o atendimento às populações migrantes, a uma ação de formação à medida na área da Mediação Intercultural.

Em termos de despesa, a verba orçamentada para a formação dos trabalhadores ficou fixada nos 29.225,00€, valor que se configura reduzido face ao que seria o plano formativo ideal, ou ambicionado pelo organismo. Não obstante

considerando o total de acções de formação a incluir no planeamento, conforme quadro 1, verifica-se uma despesa associada de 28.610,00€, valor que ainda permite, conforme prática habitual e acolhendo anteriores experiências na gestão desta pasta, contemplar uma verba específica destinada a acções de formação não previstas, no valor de 615,00€.

Importa, por fim, destacar que, atendendo ao compromisso assumido pelo ACM, I.P., em matéria de Igualdade de Género, com a redacção de um Plano para a Igualdade 2021, o Plano de Formação ACM, I.P., 2022 pretende, à imagem do ano transacto, reflectir na sua programação uma acção de formação em matéria de igualdade de género, a implementar ao longo do ano em referência e com o objetivo de abranger 100% dos/as trabalhadores/as.

PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS – 2022

Os encargos com a Formação Profissional no ACM, I.P., são previstos através do somatório das estimativas de custo das formações solicitadas, mantendo sempre uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada de importância vital.

Assim, em matéria de encargos com a Formação Profissional para 2022 estima-se uma despesa total de 28.610,00 € com a envolvimento de 517 formandos, num volume de 9149:00:00 horas de formação, distribuídos da seguinte forma:

Área Formativa	Designação do curso	Objetivos	Modalidade (Interna/Ext erna)	Custos(€)	N.º de Formandos Planeado
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO	Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens	Compreender os planos para a igualdade entre mulheres e homens como instrumento de <i>mainstreaming</i> da igualdade nas mais variadas áreas de ação política, central e local. Conhecer e relacionar as várias fases de um plano para a igualdade entre mulheres e homens: diagnóstico, desenho, implementação, monitorização e avaliação.	Interna	N/A	194

ASSUNTOS JURÍDICOS	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Conhecer os principais institutos jurídicos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, colocando particular enfoque na sua organização sistemática. Interpretar e compreender o essencial do regime da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que habilite à resolução das questões essenciais do regime nas mais diversas situações em que exercem funções.	Interna	N/A	60
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	Segurança e Saúde no Trabalho	Conhecer as obrigações do empregador e as modalidades de organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho. Identificar as áreas com impacto na prevenção dos riscos para a saúde física e mental e a tipologia das medidas de controlo. Conhecer as atividades dos serviços de segurança e saúde no trabalho, nos domínios do planeamento, organização, execução e controlo.	Interna	N/A	60
ASSUNTOS JURÍDICOS	SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública	Conhecer a estrutura do SIADAP e compreender como se articulam os seus diferentes subsistemas. Caracterizar as principais regras de funcionamento dos diferentes subsistemas de avaliação, assim como os efeitos legais da sua aplicação. Descrever o processo e respetivos procedimentos dos diferentes subsistemas do SIADAP.	Interna	N/A	40
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO	Mediação Intercultural	Esta proposta foi concebida no âmbito de ação do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e tem como objetivo fornecer aos profissionais da CNAIM as bases teórico-metodológicas e operacionais da Mediação Intercultural no atendimento ao cliente.	Externa	4.500,00 €	45

ASSUNTOS FINANCEIROS E FUNDOS COMUNITÁRIOS	Fundos Comunitários – Análise de candidaturas, gestão e avaliação de projetos; Contratação Pública	Dotar os participantes de conhecimento generalizado em matéria de Contratação Pública e Gestão de Projetos no âmbito do quadro comunitário em vigor	Externa	6.120,00 €	44
TIC	Otimização e Gestão de Dados em Excel	Desenvolver novas técnicas que permitam melhorar o desempenho e rentabilizar as ferramentas do Excel. Aprender, otimizar e rentabilizar as funcionalidades das tabelas dinâmicas.	Externa	3.360,00	12
LINGUAS	Inglês	Dotar os participantes de competências, orais e escritas, de inglês numa ótica profissionalizada	Externa	3.360,00	12
TIC	Edição de Folhas de Cálculo: Nível Inicial	Desenvolver, junto dos participantes, competências da construção, edição e impressão de folhas de cálculo. Utilizar fórmulas, funções, gráficos e desenhos em folhas de cálculo.	Externa	2.100,00 €	10
TIC	Edição de Folhas de Cálculo: Nível Intermédio	Desenvolver apetência para o uso de funções e integração das mesmas em fórmulas complexas por forma a resolver desafios complexos. Consolidar práticas de uso da ferramenta Excel por forma a influenciar procedimentos que se pretendem mais ágeis, mais dinâmicos e mais rigorosos.	Externa	2.100,00 €	10
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO	Atendimento ao Cidadão: Princípios Essenciais	Identificar as características do perfil de competências do profissional de atendimento, através do desenvolvimento de técnicas que permitam lidar com cidadãos insatisfeitos e treinar comportamentos facilitadores que se adaptem ao cidadão, visando uma comunicação adequada.	Externa	1.540,00 €	8
TIC	Edição de Folhas de Cálculo: Nível Avançado	Aprofundar os conhecimentos no uso de funções e funções avançadas. Cénarização e	Externa	1.400,00 €	5

		simulação de dados. Introdução às Macros.			
ASSUNTOS JURÍDICOS	Regime Geral das Contraordenações	Garantir o domínio do Direito das “contraordenações” como importante instrumento da atual atividade das administrações públicas central, regional e local. Auxiliar a sua aplicação prática, destacando as questões como a prescrição, a instrução e a decisão.	Externa	1.400,00 €	5
ASSUNTOS JURÍDICOS	Contencioso Administrativo	Conhecer os pressupostos processuais dos diversos meios processuais (processos principais, urgentes e cautelares). Aprender a tramitação da ação administrativa, dos processos (principais) urgentes, dos processos cautelares, dos processos executivos e dos recursos. Redigir e estruturar peças processuais: Petição Inicial e respetiva Contestação (processos principais e urgentes), Requerimento Inicial e respetiva Oposição (processos cautelares), Alegações e Contra-alegações (Recursos).	Externa	840,00 €	3
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO	<i>Data scientist:</i> Transformar Dados em Conhecimento	Aprender a calcular, analisar e comunicar eficazmente a performance. Identificar os factores críticos e aplicar técnicas de monitorização e visualização da informação de apoio à tomada de decisão.	Externa	280,00 €	2
ASSUNTOS JURÍDICOS	Perceber o Orçamento	Compreender o processo orçamental interno por via do estudo das diferentes etapas da elaboração do Orçamento do Estado. Conhecer os reportes da execução orçamental, os diferentes regimes financeiros públicos e a contraposição entre os regimes de contabilidade pública e de contabilidade	Externa	280,00 €	2

		nacional. Conhecer a fase da execução orçamental, incluindo o papel de controlo desempenhado pelo Tribunal de Contas e as matérias da responsabilidade financeira.			
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo	Executar o cálculo de remunerações e de ajudas de custo e processar o respetivo pagamento. Aprofundar os conhecimentos necessários para a execução das formalidades exigidas no processamento de suplementos remuneratórios e outros abonos.	Externa	560,00 €	2
ASSUNTOS FINANCEIROS	Perceber a Contabilização dos Ciclos da Receita e Despesa Pública	Identificar e contabilizar cada fase do ciclo orçamental (receita e despesa). Qualificar e contabilizar operações de tesouraria e aplicar os procedimentos de encerramento da contabilidade orçamental. Conhecer as obrigações de relato orçamental suportado pelo SNC-AP	Externa	560,00 €	2
AUDITORIA	Auditoria Interna	Conhecer e aplicar as metodologias, standards e técnicas da Auditoria Interna baseada no risco, percorrendo as suas etapas de implementação. Aprender a desenhar uma Auditoria Operacional	Externa	210,00 €	1
		Totais		28.610,00 €	517

Quadro 2 – Previsão Plano Formativo 2022

FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS

A formação externa ministrada pelo ACM, I.P., indicador reflectido em sede de Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), pressupõe a realização de ações de formação que permitam difundir o *know-how* interno por outros serviços da Administração Pública e entidades privadas numa ótica de sensibilização, formação técnica e formação especializada.

Tratando-se esta de uma das competências do ACM, I.P., e sendo consonante com a nossa missão, importa que a transposição de competências especializadas, em matérias que são cada vez mais da máxima pertinência e alinhamento com os compromissos assumidos à escala nacional, seja feita com a qualidade e o rigor que rege a atuação deste Serviço.

Em suma, a formação ministrada a terceiros representa, simultaneamente, uma forma de potenciar e valorizar conhecimentos e competências e, uma estratégia de difusão das matérias da competência e responsabilidade do ACM, I.P., promovendo a sua imagem e marca perante a sociedade civil e estimulando à sensibilização de profissionais, das mais variadas esferas de intervenção e atuação, para as questões relacionadas com as migrações.

MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A monitorização da formação profissional é uma ferramenta que torna possível aferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objetivos que fazem parte do Plano de Atividades deste ACM, I.P., do Plano de Formação e do Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR.

A estratégia de monitorização passa pela utilização de um formulário específico e adaptado (Anexo 1), pretendendo fazer um reconhecimento que nos possibilite aferir não só as ações frequentadas pelos colaboradores, como as que são ministradas a utilizadores externos.

A metodologia de monitorização altera-se novamente em 2022, prevendo-se a realização de levantamentos trimestrais e não semestrais como verificado em anos transactos, com o objectivo de, por um lado permitir uma gestão mais eficaz dos dados a tratar e por outro, o interesse em antecipar eventuais desvios ao planeamento definido no sentido de atuar atempadamente e assim garantir a plena concretização dos objetivos estabelecidos em matéria de formação profissional.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

A avaliação das ações de formação profissional representa, a par da monitorização, um importante instrumento no âmbito da implementação da formação profissional, uma vez que através desta é possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajeto formativo. No final de cada ação de formação promovida e/ou frequentada, é remetido aos/às formandos/as um inquérito que, em 2022, ao contrário dos anos anteriores, passe a ser concretizado *online*, por via de um formulário informatizado disponível numa plataforma específica para o efeito, através do qual se torna possível avaliar os conteúdos programáticos, formador, estratégia formativa, entre outros elementos inerentes à respetiva ação.

Importa-nos, portanto, incidir com maior rigor e regularidade nesta metodologia de acompanhamento geral e individualizado, no sentido de aprimorar as escolhas e o investimento realizado em matéria de formação dos/as trabalhadores/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planeamento em matéria de formação profissional para 2022 respeitou rigorosos critérios de eficácia e eficiência na gestão dos recursos disponíveis, tendo sempre presente o princípio da valorização dos interesses e necessidades dos/as trabalhadores/as sem negligenciar a importância de considerar fatores como o histórico formativo dos trabalhadores e a adequação dos pedidos às funções desempenhas, bem como as manifestações apresentadas pelas respetivas chefias.

Atendendo à expressa impossibilidade de refletir de forma absoluta os interesses formativos apresentados pelas equipas, ao longo do processo de Diagnostico de Necessidades Formativas, importa sublinhar que a informação recolhida mantém-se numa base de dados interna e poderá, a par de futuros levantamento, servir de base para projeção de planeamento formativo futuro, reforçando, desta forma, o carácter contínuo destes trabalhos.

Pretende-se que 2022 seja o ano em que o ACM, I.P., possa concretizar a maior taxa de cumprimento do plano de formação definido, como tal, o processo de gestão da formação dos trabalhadores consubstanciará um maior investimento, quer na vertente da implementação do plano formativo como na vertente da monitorização.

ANEXOS

I – Formulário de Monitorização da Formação



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa
Tel.: +351 21 810 61 00
Fax: +351 21 810 61 17

www.acm.gov.pt

www.facebook.com/ACMigracoes

acm@acm.gov.pt